

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Renan Galvão de Souza

Qual o *verde* da soja no cerrado:  
O capital ecologizado na fronteira agrícola do MATOPIBA

SÃO PAULO  
2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Renan Galvão de Souza

Qual o *verde* da soja no cerrado:  
O capital ecologizado na fronteira agrícola do MATOPIBA

Monografia apresentada ao Departamento de  
Geografia como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Bacharelado em  
Geografia

Orientadora: Marta Inez Medeiros Marques

SÃO PAULO  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Souza, Renan  
S725q      Qual o verde da soja no cerrado: O capital  
ecologizado na fronteira agrícola do MATOPIBA / Renan  
Souza; orientadora Marta Marques - São Paulo, 2024.  
73 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Economia Verde. 2. Matopiba. 3. Financeirização  
da Natureza. I. Marques, Marta , orient. II. Título.

## **FOLHA DA AVALIAÇÃO**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos funcionários e professores da Universidade de São Paulo que tanto contribuíram para a minha formação. Sem eles, não seria possível chegar até aqui.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso pelos conselhos e ajudas nessa etapa final.

À Prof.<sup>a</sup> Marta Inez Medeiros Marques, agradeço pela paciência com os meus tropeços e pela orientação que ofereceu.

O resultado desse trabalho não está próximo do que idealizei a princípio, mas foi realizado com muita determinação e dedicação à causa.

*“Você não pode comprar a revolução.*

*Você não pode fazer a revolução.*

*Você pode apenas ser a revolução.*

*Ou está no seu espírito ou não está em lugar*

*nenhum”*

Os Despossuídos - Ursula K. Le Guin

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o uso do discurso da descarbonização na expansão da fronteira agrícola, a partir da análise da inserção da certificação Round Table on Responsible Soy Association (RTRS) no Matopiba. Para isso, usamos como referencial teórico a concepção de ecologização do capital (Monerat, 2020), que entende as ações capitalistas de combate à crise ambiental para superar os obstáculos impostos à valorização do capital. Como também, entendemos que a ascensão dos mecanismos de economia verde — nesse caso, a rotulagem sustentável — foi precedida pelo avanço da mundialização e financeirização, por isso, foi preciso um resgate teórico para interpretar esse movimento do capital. Para alcançar nossos objetivos, tivemos em vista identificar os principais grupos e instituições envolvidos na certificação RTRS na região do Matopiba, a proporção da soja certificada no total da produção da região estudada e entender a relação da certificação RTRS com a territorialização de grandes empresas representantes do capital monopolista.

**Palavras-Chaves:** Economia verde, Matopiba, soja

## **ABSTRACT**

The aim of this research was to understand the use of the decarbonization discourse in the expansion of the agricultural frontier, based on an analysis of the introduction of the Round Table on Responsible Soy Association (RTRS) certification in Matopiba. To do this, we use as a theoretical framework the concept of the greening of capital (Monerat, 2020), which understands capitalist actions to combat the environmental crisis in order to overcome the obstacles imposed on the valorization of capital. We also understand that the rise of green economy mechanisms - in this case, sustainable labelling - was preceded by the advance of globalization and financialization, which is why a theoretical rescue was necessary to interpret this movement of capital. To achieve our objectives, we set out to identify the main groups and institutions involved in RTRS certification in the Matopiba region, the proportion of certified soy in total production in the region studied and to understand the relationship between RTRS certification and the territorialization of large companies representing monopoly capital. Translated with DeepL.com (free version)

**Keywords:** Green economy, Matopiba, soybeans

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A CRISE AMBIENTAL E A EXPANSÃO DO CAPITAL: UM NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO?.....</b>	<b>19</b>
3.2 FINANCEIRIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	21
3.3 A NATUREZA FINANCEIRIZADA: ECOLOGIZAÇÃO DO CAPITAL E ASSETIZAÇÃO DA NATUREZA.....	30
<b>4. A CERTIFICAÇÃO RTRS E A DESCARBONIZAÇÃO DA EXPANSÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AGRÍCOLA.....</b>	<b>34</b>
4.1 O CASO DA AGREX DO BRASIL.....	42
<b>5. O CERRADO NO PLANTATIONOCENO: O ONTEM E O HOJE DA SOJA NO MATOPIBA.....</b>	<b>48</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE A - Compradores de Crédito RTRS.....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em *Nos Tempos da Catástrofe*, a filósofa Isabelle Stengers, ao refletir acerca da contemporaneidade, argumenta que os principais sintomas da atual crise é a transformação da catástrofe em algo inevitável e a proliferação de um sentimento derrotista que nos impede de imaginar alternativas possíveis ao capitalismo<sup>1</sup>. Por meio disso, a autora nos adverte quanto às palavras de ordem que expressam cada vez mais a confiança depositada no desenvolvimento. Entre essas palavras, emergem eufemismos como *desafio*, que segundo Stengers não passa de uma invenção dos “especialistas” para desviar nossas ações e nos prender em um imaginário onde mesmo com a catástrofe anunciada de nossos modos de vida capitalistas, não há alternativa, é preciso encará-la. As consequências ecológicas da expansão do capital deixam de ser um ponto de ruptura e passam a ser apenas um *desafio* mercadológico de superação para o próprio sistema. Em outro ponto de sua reflexão, a autora nos lembra do episódio do Furacão Katrina que devastou a cidade de New Orleans, em Louisiana, nos Estados Unidos, no qual a barbárie não pode ser entendida pelo episódio climático em si, mas sim pela resposta dada ao evento: “abandono dos pobres, enquanto os ricos encontravam abrigo”.

A leitura de Stengers nos possibilita problematizar um conceito incorporado pela agenda ambiental brasileira e mundial: a *Economia Verde*<sup>2</sup>. Ainda que não haja uma definição canônica que nos permita diferenciar o conceito de Economia Verde da economia tradicional, ou “economia marrom”, trata-se de uma tentativa de reorganizar e ressignificar o discurso hegemônico (MORENO, 2016), especialmente depois da crise financeira de 2008. Sua origem também está atrelada a um entrelaçamento entre o ambiente financeiro e a agenda ambiental lançada pelo ambientalismo empresarial que ganhou força na década de 1990 e se ampliou com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A narrativa empregada pelo referido documento comprehende o que Monerat (2020; 2021) indicou como

---

<sup>1</sup> Curiosamente, Marx e Engels, em uma famosa passagem do Manifesto do Partido Comunista, ao descrever as mudanças ocorridas com a ascensão da burguesia e o declínio das relações feudais, já apontavam essa característica do capitalismo em suprimir nossas crenças: “Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substitui a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal” (MARX 2015, p. 27- 28)

<sup>2</sup> Existe muitas formas de nomear esse fenômeno - economia verde, economia sustentável, desenvolvimento sustentável, capitalismo verde ou ecológico, bioeconomia, etc -, para esta pesquisa, espelhamos na conceitualização de Michael Löwy, dada ao criticar o “rascunho zero” da Rio+20: “Não é por acaso que os redatores do tal *rascunho* preferem deixar o termo sem definição, bastante vago. A verdade é que não existe *economia* em geral: ou se trata de uma economia capitalista, ou de uma economia não-capitalista. No caso, a *economia verde* do rascunho não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas técnicas *verdes* bastante limitadas” (LÖWY , 2012, não paginado).

*ecologização do capital*, isto é, o modo como a crise ambiental passou a ser um obstáculo à valorização do capital e a reprodução ampliada do valor, tornando viável ao capitalismo a assimilação de soluções mercadológicas à crise ambiental. O autor também argumenta que os limites naturais à expansão capitalista somente se transformaram em crise no momento em que passaram a oferecer impasses à valorização do capital; sendo assim, a *ecologização do capital* - analisada nesta pesquisa sob a forma *economia verde* - busca tão somente a superação desses impasses.

Outros autores procuraram traduzir as ações capitalistas em face da crise ambiental pela lente da *assetização da natureza* (OLIVEIRA, 2022; BARRETO e RECH, 2023). Nessa linha de pensamento, os novos instrumentos da economia verde - como os créditos de carbono, por exemplo - resultam do processo de conversão dos recursos naturais em ativos financeiros e a sua inserção na dinâmica do valor. Ao descreverem a lógica da assetização, os referidos autores se apoiam em uma ampla bibliografia acerca da financeirização (CHIAPELLO, 2020; VISSER, 2017; BIRCH E MUNIESA, 2020; LANGLEY, 2020) para entender a forma como a extração do valor de troca foi modificada nesse novo contexto, e assim, encontram na transformação do valor e das práticas sociais de valoração promovida no neoliberalismo a conceitualização da assetização (ao invés de mercantilização ou à *commodificação* da natureza). Como explica Oliveira (2022), não se trata apenas de reduzir a natureza a uma mercadoria intercambiável, e sim de transformá-la em uma fonte permanente de receitas:

O neoliberalismo introduziu na política e na sociedade um conjunto de saberes, tecnologias e práticas que, paulatinamente, constituíram um modo de vida distinto do observado no capitalismo industrial regulado. O conceito de “assetização” busca traduzir essa novidade. E, em relação à assetização da natureza, observamos a conversão de processos e funções biofísico-químicos, modos de vida e saberes tradicionais interdependentes à natureza em capital. A transformação desses elementos abstratos em ativos transacionáveis ocorre por meio de operações que lhes imputam valor [de troca] por meio de três processos distintos: pela manipulação de símbolos associados à natureza; pela apropriação privada desses ativos; e pela invenção de novas formas de propriedade mais adequadas para estabelecer o controle sobre esses novos bens e valores imateriais

Voltando a leitura de Stengers, quando olhamos para os pressupostos da *economia verde* descritos no PNUMA, fica evidente a tentativa de cercear alternativas ao sistema de produção vigente, a partir da criação de uma nova imagem branda para a exploração econômica, especialmente quando observamos a seguinte definição: “O conceito [economia verde] não substitui desenvolvimento sustentável, mas hoje em dia existe um crescente reconhecimento

de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia” (PNUMA, 2011 pág. 9). Nesse trecho, ao fazer menção a um “modelo certo” de economia, podemos inferir que as estimativas pretendidas pela *economia verde* não visam a ruptura com o presente modo de produção, e sim a busca por uma prática econômica que seja efetiva para os padrões capitalistas de lucratividade. Sua finalidade não prevê uma mudança sistêmica de produção e sim uma forma de assegurar condições de expansão da produção futura, eliminando obstáculos relativos à escassez e riscos de colapsos (ARAUJO e SILVA, 2012).

No âmbito das discussões ambientais e dos recentes acordos econômicos voltados para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, emergiram novos instrumentos financeiros que, além de oferecer uma possibilidade de superação dos obstáculos à reprodução do valor gerados pela crise ambiental do capital, também assegura a legitimidade da exploração de certas atividades que em vários momentos expulsaram populações de suas terras e as desmataram, e agora se apresentam como sustentáveis. Consideramos novos instrumentos, porque dessa vez recorrem à rotulagem “sustentável” para blindar suas ações, ou, em alguns casos, limpar a imagem de um determinado grupo. No agronegócio, a rotulagem ambiental emergiu como um importante instrumento financeiro, pois permite ao produtor oferecer uma suposta garantia da origem de seu produto ao comprador, possibilitando que o primeiro alcance mercados com restrições a produtos provenientes de áreas com histórico de desmatamento<sup>3</sup>, e agrega ao produto um preço diferencial quando este é comercializado em mercados presentes e futuros. Além disso, no caso da RTRS, o produtor tem a alternativa de comercializar o crédito de carbono gerado por uma produção devidamente certificada.

Esses instrumentos nada mais são que novas formas de perpetuação da velha metáfora de natureza intensificada pelo capitalismo para nutrir seu próprio consumo, como bem apontou o pensador Ailton Krenak:

Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente

---

<sup>3</sup> "Aprovada em abril pelo Parlamento Europeu e em vigor desde junho, depois de ser endossada também pela Comissão Europeia, a nova regulamentação exige que uma série de produtos importados pelos países do bloco passem a ter que comprovar que não geraram desmatamento para que possam entrar. A lei também estendeu a exigência para uma série de produtos feitos a partir dessas matérias-primas, como chocolate, móveis, papel e alguns derivados do óleo de palma, também conhecido como dendê no Brasil e usados amplamente na indústria de cosméticos, por exemplo." Entenda a lei europeia que proíbe a importação de produtos ligados ao desmatamento. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/entenda-a-lei-europeia-que-proibe-a-importacao-de-produtos-ligados-ao-desmatamento/>

não fosse natureza. Na verdade, estão invocando novas formas de os velhos manjados humanos coexistirem com aquela metáfora da natureza que eles mesmos criaram para consumo próprio. Todos os outros humanos que não somos nós estão fora, a gente pode comê-los, socá-los, fraturá-los, despachá-los para outro lugar do espaço. O estado de mundo que vivemos hoje é exatamente o mesmo que os nossos antepassados recentes encomendaram para nós. (2020, p. 67, grifo nosso)

Para além disso, também podemos enquadrar as práticas de *economia verde* como parte do processo de expulsões descrito por Sassen (2016), especialmente dentro dos instrumentos predatórios que agem pela incorporação; isto significa, a maneira pela qual grandes empresas globais adquirem setores do mercado e destroem áreas tradicionais por vias da incorporação em sua teia corporativa. No capitalismo avançado, mesmo setores que não apresentavam uma lucratividade mínima, “hoje se tornam corporativos porque a escala - o enorme número de unidades envolvidas - compensa o baixo lucro por unidade” (SASSEN, 2016 p.). Essa análise nos ajuda a entender porque a economia verde passa a ser visada pelo capital, pois o lucro obtido está na escala de fluxos de capital. Logo, mecanismos de *economia verde* como a Certificação de Commodities ou as finanças verdes, são formas de ampliar a escala onde o capital atua e circula.

O discurso da Economia Verde resulta no que Keucheyan (2016) chama de financeirização da natureza, em que os riscos referentes a eventos climáticos passam a ser objeto de operações de contratação de seguros e outras formas de lucrar com o risco ambiental. Um dos mecanismos nesse processo é a finança verde, na qual, por meio de títulos ligados a fatores ambientais ocorre a pulverização do risco financeiro e a transferência da dívida, na forma de títulos, para os investidores. Além disso, a economia verde também se constitui com uma ampla legitimidade oferecida pelo Estado, visto que sua implementação “depende da centralidade de um regime jurídico que assegure a criação de novas leis, a reforma ou ajustes dos parâmetros normativos existentes e a consequente segurança e validade jurídica dos contratos e investimentos” (MORENO, 2016, p. 259). Por isso, pensar a economia verde exige entender uma totalidade de fenômenos.

No extenso campo da economia verde, esta pesquisa se insere no estudo referente à inserção de seus mecanismos no campo agrário. Para isso, procuramos analisar o caso da principal certificação sustentável voltada para a cadeia de produção da soja, a RTST, e a sua relação com a consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA. Uma região que engloba parte dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, e o Tocantins em sua totalidade; tal delimitação é resultante do Decreto Federal nº. 8.447, de 06 de maio de 2015, que instituiu o Plano de

Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba). Diante das mudanças políticas ocorridas após o impeachment de Dilma Rousseff, a institucionalidade da região permaneceu incerta, até ser revogada em 2020 pelo governo de Jair Bolsonaro. Porém, a denominação da região permaneceu consolidada como Matopiba nos meios acadêmicos, órgãos de planejamento estatal e até mesmo pelos próprios agentes do capital financeiro. Tanto que, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº N° 11.767, de 1º de Novembro de 2023, instituiu o comitê gestor responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba, evidenciando que a região continua ocupando uma posição importante nos interesses da elite agrária. A área do MATOPIBA encontra-se em grande parte sob o domínio do bioma cerrado, sendo por alguns considerada como “última fronteira agrícola do cerrado”, o que demonstra a importância de considerarmos o processo de degradação do bioma como parte dos resultados da dominação financeira.

Um elemento importante a ser considerado em estudos sobre a financeirização da agricultura e outros fenômenos correlatos, como o de *land grabbing*, são as novas abordagens acerca da estrangeirização de terras na fase recente do capitalismo. À vista disso, é necessário considerar até que ponto os mecanismos de economia verde podem estar conectados a esse processo. Nesse debate, Sassen (2016) argumenta que:

A aquisição de terra estrangeira não é um acontecimento solitário. Ela requer, e por sua vez estimula, a criação de um vasto mercado global de terras. Implica o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços igualmente vasta para permitir vendas e aquisições, obter a posse ou os direitos de arrendamento, desenvolver instrumentos legais apropriados e até pressionar pela criação de novas leis que acomodam essas compras em um país soberano. (p. 100)

As observações postadas por Sassen (2016) servem de base para entender que, ao buscar por investimentos de alta rentabilidade, o capital portador de juros não apenas incrementou um modelo de negócios no campo agrícola, tendo a terra como um ativo financeiro bastante lucrativo, mas também pressionou no sentido da modificação das formas de aquisição dessas terras por investidores estrangeiros. Pereira (2018) alerta que existem diferentes mecanismos que possibilitam o controle da terra por agentes estrangeiros no Brasil: fusões, joint-ventures, aquisição de empresas e recurso a expedientes que miram em lacunas na legislação. As diferentes formas atuais de estrangeirização de terras nos permitem diferenciar processos históricos da singularidade desse mecanismo na contemporaneidade. No caso do processo de financeirização, por trás das inúmeras empresas agrícolas que operam no

MATOPIBA, há diferentes instituições financeiras e capitais vindos de nacionalidades diversas. É o caso da Agrex do Brasil - empresa analisada aqui - que, como mostraremos ao longo desta pesquisa, constitui uma empresa de capital estrangeiro.

No que tange a rotulagem ambiental, há inúmeras certificações direcionadas a produção agrícola, podemos citar: Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO); Round Table on Responsible Soy (RTRS); BONSUCRO (Cana-de-Açúcar); Rainforest Alliance; UTZ. Entre as principais certificações voltadas para a cadeia de produção da soja, além da RTRS, destacam-se também: o Programa 3S – Soluções para Suprimentos Sustentáveis - criada pela Cargill em parceria com o Instituto BioSistêmico (IBS) -; o FEMAS – Feed Materials Assurance Scheme; o 2BS – Biomass Biofuels Sustainability; o Programa Soja Baixo Carbono (SBC); e o ProTerra.

A certificação analisada nesta pesquisa, a RTST, tem se estabelecido como a principal certificação da *soja rastreável*; que, segundo critérios da própria organização, seria uma soja vinculada a uma produção com baixo impacto ambiental. A Certificação RTRS pertence a um grupo criado em 2006 em Zurique, na Suíça, formado pelas instituições Amaggi, Solidaridad, COOP, WWF, Fetrauf-Sul e Unilever. A RTST tem uma forte incidência na região do MATOPIBA, fortalecida por grandes empresas produtoras e/ou comercializadoras de soja na região que hoje utilizam essa certificação: como a Agrex, analisada nessa pesquisa, que possui 25.750 hectares de áreas certificadas no padrão RTRS nos estados de Maranhão, Piauí e Tocantins; Ou, outras empresas, como a A SLC Agrícola, que possui mais 194 mil hectares de soja certificada entre o MATOPIBA, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a incorporação desses mecanismos de economia verde pelas grandes empresas do agronegócio no Brasil. Ao concebermos a ecologização do capital como uma nova — mas não a única — fronteira de valorização do valor, procuramos entender qual o papel da economia verde na expansão da agricultura no MATOPIBA. Para isso, selecionamos uma empresa com produção de soja certificada na região: Agrex do Brasil

No que se refere à estruturação deste texto, inicialmente abordamos os materiais e métodos utilizados. Em seguida, no capítulo *A crise ambiental e a expansão do capital: um novo espírito do capitalismo?* Apresentamos uma breve revisão acerca do conceito de financeirização, tentando, com isso, fundamentar nossa principal hipótese: a certificação sustentável da soja, enquanto ação adotada pelo capitalismo, resulta também da financeirização. No capítulo *A certificação RTRS e a descarbonização da expansão do capital na fronteira agrícola* apresentamos o panorama da RTRS, sua inserção no MATOPIBA e a

relação com a Agrex do Brasil. Já no capítulo *O cerrado no plantationoceno: o ontem e o hoje da soja no matopiba* discutimos o atual contexto da soja no Matopiba, procurando, assim, mostrar que a certificação sustentável está inserida numa continuidade da expansão do capital nessa região.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa integra uma sequência de trabalhos realizados desde 2020 acerca da territorialização de grandes empresas que contam com a participação de investidores institucionais nacionais e estrangeiros, dentre outros segmentos capitalistas, e que investem na “transformação” e no “desenvolvimento” de terras na região dos Cerrados do Centro-Norte do país (MATOPIBA).

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento documental e bibliográfico, no qual foram identificados documentos oficiais do Governo Federal e de outras instituições públicas que dizem respeito a projetos de economia verde na região MATOPIBA. Esse levantamento foi complementado com estudos e notas técnicas elaboradas por pesquisadores e institutos de pesquisa nacionais que tratam da participação de Bancos Públicos, Fundos de Investimentos e Securitizadoras e sua possível relação com projetos de economia verde; além de pesquisas acadêmicas e relatórios de órgãos oficiais atinentes à economia verde. Também foram realizados leituras e fichamentos do material bibliográfico e documental; processamento de dados e informações; levantamento cartográfico; levantamento e análise de dados, no qual foram coletados: dados e informações disponibilizadas por órgãos estatísticos oficiais e institutos de pesquisa a respeito do mecanismos de economia verde atinentes ao território brasileiro.

Após essa etapa, selecionamos a iniciativa RTRS como foco de pesquisa e levantamos dados acerca de sua investida no campo brasileiro. A principal fonte de pesquisa foi o próprio site da organização, onde são disponibilizados os relatórios anuais de auditorias realizados pelos Órgão de Certificação. A partir desses documentos é possível identificar quais empresas e produtores possuem produção certificada pela RTRS, junto com as respectivas propriedades em que a soja é produzida. Nessa etapa, foram localizados treze projetos de certificação na região MATOPIBA<sup>4</sup>, com seis grupos<sup>5</sup> à frente da certificação. Além do MATOPIBA, a maioria dos grupos e produtores também possuem propriedades em outras áreas do cerrado brasileiro, especificamente nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais; o que demonstra a posição desse bioma como uma região de fronteira para os grandes produtores de

---

<sup>4</sup> Consideramos apenas as propriedades com certificação RTRS, e não se o produtor possui alguma propriedade na região MATOPIBA

<sup>5</sup> Como explicaremos mais à frente, grupos são aqueles com produção certificada pela RTS, podendo ser empresas ou instituições. Os grupos com presença no MATOPIBA são: SLC Agrícola S.A.; Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação LTDA; Bunge Alimentos - Grupo de Produtores Bunge; Grupo Horita; Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (Fapcen); Agrex do Brasil

soja e uma localidade indispensável para compreendermos a lógica capitalista no campo brasileiro.

Com base na seleção dos grupos certificados, identificamos em quais municípios estavam as propriedades com soja certificada de cada instituição e grupo. Após esse levantamento, e com base na lista de empresas, escolhemos a empresa Agrex do Brasil como objeto de estudo. A seleção procurou abranger um caso que poderia nos oferecer um panorama representativo do fenômeno da ecologização do capital no MATOPIBA. O caso da empresa Agrex do Brasil, trata-se de uma história conhecida na literatura - a CEAGRO - e que assumiu novas estratégias de territorialização; nos últimos anos a empresa tem se destacado no mercado agrícola e hoje atua em diferentes segmentos da cadeia produtiva da soja. Além disso, a empresa está localizada em duas das principais áreas de expansão da soja no Matopiba, a região administrativa de Balsas e o município de Campos Lindos, no Tocantins.

A etapa seguinte da pesquisa consistiu em uma busca nos sites e portais da empresa, a fim de realizar uma caracterização do perfil. Nesse ponto foram coletados relatórios disponibilizados nos próprios sites e portais. Obtendo as informações básicas, fomos em busca do CNPJ, para isso foi utilizado sites como o Diário Oficial de cada estado ou sites gerais de busca de CNPJ. Após localizar o CNPJ, usamos o site da Receita Federal para consultar os sócios ligados àquele CNPJ. Com o nome dos sócios em mãos, utilizamos em seguida o site Diretório Brasil, onde é possível encontrar todas as empresas ligadas ao nome do respectivo sócio, dessa forma encontramos as matrizes e as filiais de cada empresa estudada. Além disso, foi possível formar uma rede de empresas que indiretamente estão conectadas por cada sócio, permitindo dessa forma entender a complexidade do cenário.

Após esse panorama, conseguimos entender quem eram essas empresas, em seguida voltamos aos Relatórios de Auditoria Pública e listamos quais eram as propriedades com soja certificada pela RTRS de cada empresa (Tabela 2, 3 e 4).

Uma outra etapa da pesquisa consistiu na busca em plataformas do INCRA responsáveis pela gestão fundiária do país; foram utilizadas o SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) e o SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária). Os dados obtidos nas plataformas foram utilizados para espacializar as propriedades da empresa, esse processo consistiu na elaboração de mapas temáticos por meio do software QGis. Também foram utilizados dados do projeto MapBiomas (Coleção 8) para produzir mapas acerca do uso e ocupação do solo nas localidades estudadas.

### **3. A CRISE AMBIENTAL E A EXPANSÃO DO CAPITAL: UM NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO?**

*Agronegócio vai nos ajudar a zerar as emissões de carbono, diz diretor de Sustentabilidade do Bradesco*

- Entrevista de Marcelo Pasquini, Diretor de Sustentabilidade do Bradesco, há Um só Planeta. Junho de 2023

*O desenvolvimento da civilização e da indústria em geral mostrou-se sempre tão enérgico na destruição de florestas que tudo o que esse mesmo desenvolvimento tem feito para a conservação e a restauração de árvores é absolutamente insignificante (MARX, 1985, p.183)*

Os novos limites da expansão do capital - marcada por uma crise de acumulação - provocaram mudanças significativas na agricultura, especialmente nas dinâmicas fundiárias e na incorporação da liquidez financeira do capital no campo agrário. Essas mudanças podem ser vistas, por exemplo, na intensificação da apropriação de terras por agentes (trans)nacionais com objetivo de atender as demandas do capital, um processo conceitualizado como *land grabbing* (PEREIRA, 2019). Ou, até mesmo naquilo que McMichael (2016) descreveu como Regime Alimentar Corporativo, uma etapa do capitalismo caracterizada por uma espécie de simbiose entre Estado e Mercado, quando ocorre uma liberalização de mercados e a destituição de agricultores incapazes de competir com as produções monopolizadas. Tais aspectos evidenciam as particularidades desse novo momento do capitalismo, que resultará na ecologização do capital e na assetização da natureza.

Um dos pilares da atual fase de expansão capitalista se constitui na emergência de um regime de acumulação dominado pelas finanças, podendo ser caracterizado pela submissão do sistema econômico à lógica da acumulação financeira e no financiamento por meio de valores mobiliários, emissão de ações ou títulos (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018). Além disso, essa nova lógica está marcada pela imposição da governança corporativa/gerencialista, manifestada na maximização do valor das ações e no aumento da participação de ativos financeiros no patrimônio das empresas. Por outro lado, Harvey (1992) propõe a ideia de acumulação flexível<sup>6</sup> como uma forma de entender as transformações decorrentes do novo

---

<sup>6</sup> Harvey (1992) define a acumulação flexível como “um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

regime de acumulação. Além disso, o autor comprehende que tais transformações resultaram em novas compreensões do tempo e espaço, em outros termos, os “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 2004, p. 219) foram impactados pela crise de sobreacumulação da década de 1970. Entre essas novas compreensões está a elevação da importância dos serviços financeiros, que induzirá a ascensão de discursos neoliberais e financeiros nas relações do campo agrário, abrindo espaço para a chegada das ações capitalistas de combate à crise ambiental.

Entender as transformações recentes do capitalismo exige uma seletividade literária, afinal são diversas as tentativas de explicar essa nova fase de expansão do capital, podemos citar como exemplo: o ajuste espaço-temporal de David Harvey, fundamentado nas noções de superacumulação de capital pelo excedente de produção e o ajuste espacial como solução encontrada pelo sistema; as noções de *governamentalidade* (Foucault) e *dispositivo* (Agamben), ou seja, as táticas e estratégias atuais que permitem o controle da população e do território no neoliberalismo; e os Ciclos Sistêmico de Acumulação, desenvolvido por Arrighi (2013) para pensar os diferentes períodos de expansão, crise e reestruturação do capitalismo, dando pressupostos a uma compreensão histórica do atual processo de financeirização e mundialização. Queremos, com isso, mostrar que diferentes autores, a partir de diferentes perspectivas, pensaram o atual momento histórico do capitalismo.

Contudo, apesar das teorias citadas se basearem em abordagens diferentes, elas nos oferecem argumentos que nos distanciam das interpretações que leem o atual cenário como uma anomalia do sistema, ou até mesmo daquelas leituras desenvolvidas a partir de uma visão teleológica que reduz o atual estágio de financeirização e mundialização do capital a um resultado natural do capitalismo. Como também, as breves formulações apresentadas anteriormente assinalam que as explicações estão postas na própria materialidade do sistema, e que, os processos históricos precisam ser levados em conta na interpretação. Por isso, faremos um resgate bibliográfico a fim de entender como o discurso *verde* surgiu na jogada do capital.

---

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (p.140).

### 3.2 Financeirização e mundialização do capital

O termo financeirização não é estranho à geografia, são inúmeros os trabalhos que recorrem ao seu uso para compreender a nova dinâmica do capitalismo (CHRISTOPHERS, 2015; CONTEL, 2016; PIKE & POLLARD, 2010; FRENCH et al, 2011; HALL, 2012). Entretanto, a sua fama é proporcional à sua carga polissêmica, o que torna impossível uma abordagem única e consensual a respeito de seu significado. Poderíamos nos debruçar a respeito das diferentes atribuições dadas a esse conceito na literatura, mas como não é o objetivo deste artigo, nos apoiaremos em alguns trabalhos que realizaram um considerável resgate acerca.

Nessa direção, Felipini e Palludeto (2018) investigaram os diferentes usos do termo Financeirização enquanto categoria analítica ao longo do tempo. Em uma revisão publicada, os autores identificaram cinco abordagens diferentes na literatura: a crítica à maximização dos acionistas, baseada na análise da financeirização enquanto fenômeno localizado nas exigências dos acionistas em relação às corporações; as teorias críticas ao *mainstream economics*, fundamentada nas questões macroeconômicas e de economia política, e influenciadas pelas vertentes pós-keynesianas e marxistas; a Financeirização do cotidiano, que reúne autores preocupados com o impacto das finanças na vida cotidiana, especialmente as modificações geradas pelo endividamento; a Geografia da Financeirização, uma abordagem focada na reorganização do espaço na economia capitalista; e por fim, a abordagem da Financeirização das commodities, descrita a partir dos estudos que examinam a forma como as finanças condicionam o tabelamento dos preços das commodities agrícolas.

Em uma outra abordagem, Diniz (2022) defende a possibilidade de dividirmos a literatura de referência em cinco níveis de análises. O primeiro nível, nomeado como *Financeirização do capitalismo* (BOYER, 2000; ARRIGHI, [1994] 2003; STOCKHAMMER, 2004; KRIPPNER, 2005), se refere a autores que estavam interessados em analisar a forma como os recursos e instituições financeiras aumentaram sua importância no processo geral de acumulação de capital. O segundo nível, intitulado *A financeirização da gestão corporativa* (AGLIETTA, 2000; FROUD et al, 2000), reúne leituras que investigaram as mudanças nos padrões de organização das corporações capitalistas diante da dominância financeira, sobretudo a transformação do comportamento corporativo que passa a ser fundamentado na obtenção de retornos para os acionistas. O terceiro nível de análise, *A financeirização da vida cotidiana e a expropriação financeira* (MARTIN, 2002; AITKEN, 2007; ERTURK et al, 2007; GARCÍA-LAMARCA e KAIKA, 2016), abrange as diferentes

análises acerca das implicações da financeirização nos domínios culturais, subjetividades, modos de vida e de consumo, assim como as formas de dominação, exploração e reprodução da força de trabalho.

No quarto nível de análise, Diniz (2022) recupera a argumentação de Christophers (2015) e agrupa nesse conjunto os autores que analisaram a financeirização da propriedade, seja a tanto propriedade em si, a terra, quanto os processos de desenvolvimento urbano e moradia. Dessa forma, esse nível de análise refere-se à *Financeirização da terra e do meio ambiente construído* (THEURILLAT et al, 2010; WEBER, 2010; SANFELICI, 2013; PEREIRA, 2015; ROLNIK, 2015; SHIMBO, 2016), cujo a principal abordagem é a transformação da terra em um ativo financeiro - capital fictício - a partir de formas de valorização que viabilizam a sua conversão em títulos. Por último, o quinto nível de análise, *A financeirização do Estado* (WANG, 2015; LAGNA, 2016), refere-se aos estudos da financeirização inseridos no campo de pesquisa acerca do Estado. Aparece nesse nível de análise os debates relativos ao papel do Estado no processo de financeirização, o uso de derivativos na gestão da dívida pública e, no caso chinês, a figura do Estado como um investidor institucional nos mercados financeiros. Ao longo do texto o compromisso assumido pelos Estados e Governos na financeirização e mundialização da agricultura será debatido com mais precisão, à vista disso, neste momento ressaltamos apenas que a dominação do capital portador de juros se valeu de uma unificação entre atores corporativos e estatais para efetuar-se.

No nosso esforço de compreender as razões pelas quais os mecanismos de economia verde interagem com a agricultura, faz-se necessário também uma breve conceitualização acerca da dominação do capital portador de juros na manutenção e expansão da produção capitalista, visto que, pelo processo de financeirização, o capital portador de juros também submete à sua lógica os componentes da natureza e submete toda forma de vida em créditos e fundos de investimentos<sup>7</sup>, em um processo onde "os mercados imobiliários e os investimentos no meio ambiente construído representam grande parte da economia contemporânea, e o

---

<sup>7</sup> Para exemplificar como os componentes da natureza têm sido submetidos à lógica das instituições financeiras, podemos citar o caso da água na Bolsa de Valores de Chicago: "A água se tornou um ativo financeiro para vários investidores que visualizam os ganhos futuros decorrentes de uma potencial crise hídrica em escala global, podendo comprometer tanto a produção agrícola quanto o consumo humano. O caso da água e suas consequentes formas de apropriação e financeirização é emblemático para pensar que os recursos naturais vêm sendo incorporados nesse emaranhado de estratégias do mercado financeiro em direção aos recursos da natureza, inaugurando um debate conhecido como *water grabbing*. Vista como matéria-prima essencial para o setor agrícola, a água, cada vez mais escassa, além de configurar motor de apropriação de muitos territórios estratégicos por suas características hidrológicas, vem aos poucos surgindo em contratos de futuros nos mercados financeiros estadunidenses".

endividamento envolvido formam uma ameaça nada trivial à estabilidade do capitalismo global” (Harvey 2020, p. 352).

Dessa forma, cabe ressaltar que, a centralidade do capital portador de juros nas relações capitalistas não é algo recente, como bem aponta Kurtz (2019):

O capital portador de juros naturalmente era desde o princípio indispensável ao sistema que se formava, mas não detinha ainda uma parcela decisiva no conjunto da reprodução capitalista – os negócios de «capital fictício» eram considerados, por assim dizer, típicos do ambiente de charlatanice de vigaristas e «gente desonesta», à margem do capitalismo autêntico (mas ao qual se juntava agora a honorável burguesia em tempos de ondas especulativas). (p.59)

Do ponto de vista marxista, a primeira tentativa de Marx em explicar essa outra faceta do capital aparece ainda no primeiro volume d'*O Capital*, no próprio conceito geral de capital: um valor que se valoriza, ou seja, um valor em progresso. Segundo Marques e Andrade (2020), a originalidade de Marx está na explicação de como a conversão do dinheiro em mercadoria e capital são características constitutivas do capital portador de juros, e que, em nenhum momento do ciclo global de reprodução do capital, essas propriedades são perdidas.

Em relação à transformação do dinheiro em mercadoria e sua conversão em capital, enquanto valor socialmente estabelecido, Marx afirma:

Dinheiro - considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias - pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria. (Marx, 1986a, p. 255)

Nesse caso, Müller e Paulani (2012) resgatam que o capital portador de juros opera internalizando duas esferas, a circulação e a produção do capital. Para os autores, nesse movimento, para cada valor empregado no processo de produção (capital funcionante), há no mercado de ações um título garantindo a sua propriedade que pode, ou não, ser negociada. Assim, seu movimento deixa de ser determinado pela acumulação real de valor — mediada

pela produção e circulação de mercadorias — e começa a ser determinado pela acumulação de “preços” — mediada pela circulação de títulos de toda ordem.

E, para avançarmos nesse debate, é preciso entender a relação entre dois conceitos importantes: A mundialização e a financeirização do capital. Ambos conceitos representam novas faces da lógica de dominação capitalista, e surgiram para explicar os elementos estruturantes de um novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo. Logo, são essenciais para compreendermos as transformações recentes no campo agrário e a expansão do capital à sombra da crise ambiental. A respeito disso, Chesnais (2003) aponta:

O “regime de acumulação com dominância financeira” designa, em uma relação direta com a mundialização do capital, *uma etapa particular do estágio do imperialismo*, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. A hipótese de um regime de acumulação submetido a uma finança que se poderia constituir — momentaneamente — como uma potência econômica e social “autônoma”, frente à classe operária como também a outras frações do capital, foi vislumbrada por Marx. Ele a associa ao fetichismo particular do dinheiro, levado à sua forma extrema ( p. 46, grifo nosso).

Dessa forma, a trajetória teórica desta pesquisa passa pela compreensão dos processos que resultaram em uma agricultura mundializada e financeirizada, afinal, o capital portador de juros “não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio” (CHESNAIS, 2005 p. 35). Para mais, reiterando o que foi dito anteriormente, quando a crise ambiental passa a apresentar empecilhos à expansão do capital, nesse caso, do capital financeiro, é que emergem as soluções capitalistas à crise ambiental sob a forma da economia verde. Logo, a incorporação dessas soluções por grandes empresas do agronegócio resulta da relação entre avanço da financeirização e as mudanças climáticas.

Construir um debate acerca da mundialização do capital é, antes de mais nada, identificar as mudanças ocorridas na economia capitalista ao longo das últimas décadas e os mecanismos de expansão da fronteira assumidos pelo capital. Dessa forma, Wood (2014), ao definir o novo arranjo estrutural do imperialismo característico do capitalismo no século XX, e os pressupostos que levaram às características da expansão do capital nos nossos dias, entende a dominação puramente econômica por meio de imperativos de mercado como principal particularidade do imperialismo capitalista. É claro que, para a autora, o imperialismo — enquanto lógica de subordinação — personificou diferentes formas antes do próprio capitalismo, sendo a característica de transferir riquezas das regiões subordinadas às regiões dominantes a qualidade comum a todas elas.

Trazer o conceito de imperialismo, possivelmente um dos mais debatidos na história do marxismo, nos coloca um desafio teórico mastodôntico. Porém, colocar à vista o modus operandi desse novo imperialismo é imprescindível para analisarmos o atual cenário de mundialização da agricultura e a incorporação da economia verde nesse processo, pois, no capitalismo, o mercado dispõe de uma força própria que impõe a outros setores seus próprios princípios de concorrência, acumulação e maximização de lucro (WOOD, 2014). Assim, a incorporação das discussões ambientais pelo mercado foi fundamentada na lógica do imperialismo capitalista, tanto como forma do capital mitigar qualquer movimento contrário à sua expansão, quanto como forma do mercado oferecer suas próprias ações de combate à crise ambiental.

A nova feição assumida pelo imperialismo está alinhada a inúmeras rupturas ocorridas no século XX, como, por exemplo, a II Guerra Mundial, quando o avanço da dominação dos Estados Unidos marca o início de um imperialismo firmado pela lógica capitalista (HARVEY, 2004). Porém, cabe ressaltar que, essa nova configuração do imperialismo capitalista, caracterizado pelo regime de acumulação com dominância financeira, não surgiu de modo repentino, mas sim, de uma série de transformações na geopolítica mundial ao longo do século XX. Trata-se, afinal, de um produto dos países capitalistas avançados sob liderança dos Estados Unidos e Reino Unido, e que não pode ser lido sem considerar as “derrotas sofridas pela classe operária ocidental, bem como da restauração capitalista na ex-União Soviética” (CHESNAIS, 1994, p.52). No mesmo caminho, Harvey (2004), ao debater a expansão e o domínio do poder dos Estados Unidos sobre o resto do mundo, identifica neste novo imperialismo não apenas a acumulação puramente econômica, como caracterizou Wood (2014), mas também, uma espoliação manifestada pela privatização de recursos e a substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio. O autor observa no novo imperialismo americano a consolidação da acumulação via espoliação e coerção consentida, interna e externamente, fundamentada nos ideais burgueses de liberdade da Independência Americana, que incorpora a lógica capitalista da acumulação até mesmo bens comuns, como a água. Tal passagem já nos oferece indícios da característica da financeirização em mercadorizar os mais variados componentes da natureza.

Foi François Chesnais (1995, 2003, 2005) que apresentou os fundamentos desse momento histórico do capitalismo, segundo o autor, a expressão “mundialização do capital” pode ser interpretada como uma correspondência ao termo globalização (globalisation); entretanto, enquanto o termo anglo-saxônico traduz apenas a capacidade estratégica de grandes grupos em adotar uma conduta global, a expressão mundialização enfatiza a

submissão das relações de produção à lógica da especulação financeira, o caráter expansivo do capital e sua movimentação conforme os investimentos internacionais. Trata-se de uma aliança da burguesia capitalista em nível mundial e a construção de uma suposta consciência global validada pelo meio intelectual e científico para parecer que os entraves nacionais não existiam mais. Vale ressaltar, é claro, que o avanço da mundialização do capital não significou o estabelecimento de uma homogeneidade nos ambientes de investimento, sem qualquer particularidade nos mais variados sistemas financeiros nacionais:

A abertura externa e interna dos sistemas nacionais, antes fechados e compartimentados, conduziu à emergência de um espaço financeiro mundial. A liberalização e desregulamentação não suprimiram os sistemas financeiros nacionais. Elas os integraram de maneira “imperfeita” ou “incompleta”, em um conjunto que tem muitas particularidades. [...] Ele é marcado por uma carência de instâncias de supervisão e de controle, sobre a qual todos os especialistas concordam, mesmo que se têm julgamentos diferentes sobre o grau dessa carência e sobre as soluções a dar. Enfim, a configuração geopolítica dos mercados, assim como sua interconexão internacional, é assegurada pelos operadores financeiros. São seus julgamentos que diferem de um comportamento a outro (câmbio, obrigações, ações etc.) (CHESNAIS, 2004, p.45).

Uma das leituras possíveis à ascensão da mundialização é compreendê-la à luz da crise inter-imperialista. Com a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, construiu-se uma aliança a fim de impedir temporariamente o risco de uma nova guerra mundial. Oliveira (2015) argumenta que três circunstâncias interligadas permitiram a formação desta aliança burguesa: primeiro, a necessidade de reconstruir a Europa e o Japão após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, quando foram instituídos os Planos Marshall e Colombo, seguido de fusões de empresas estadunidenses e europeias, e a assinatura dos acordos de São Francisco e de Bretton Woods. Posteriormente, o segundo processo refere-se ao monopólio de pesquisa e tecnologia que internacionalizou a produção capitalista e permitiu às empresas controlarem a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diferentes países. Por fim, o terceiro processo consistiu em ações internacionais de governos, isto é, projetos de cooperação internacional para o favorecimento de empresas.

As três circunstâncias descritas por Oliveira (2015) revelam que “a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos ao nível internacional articulados contraditoriamente, estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado” (2015, p. 239). Logo, esse conjunto de

fatores abriu espaço aos processos que tornaram os movimentos internacionais do capital possíveis.

No que se refere ao seu surgimento, Chesnais (2004), com base na leitura de Bourguinat (1992), destaca três processos constitutivos na efetivação da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentação dos mercados financeiros nacionais, e a desintermediação, isto é, a abertura das operações de empréstimos a todo tipo de investidor institucional. Os três “D” não constituem processos distintos, e sim, processos integrados. A liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros se deu por meio de uma série de ações combinadas entre o FMI, Banco Mundial e Estados Unidos, que promoveram a abertura de sistemas financeiros e o fim do controle de movimentos de capitais. Tal processo ocasionou a descompartimentalização desses sistemas, a partir da liberalização dos mercados de câmbio e da abertura do mercado de títulos públicos e empresas estrangeiras. Ambos os processos favoreceram a criação de novas formas de aplicação da liquidez financeira, proporcionando a transformação de instituições não bancárias em instituições de empréstimos a investidores, estruturando assim a desintermediação.

O desenvolvimento teórico construído até aqui oferece algumas pistas sobre o contexto por trás do advento da economia verde, e todo o pacote de ações capitalistas de enfrentamento à crise ambiental. Semelhantemente, nos permite pensar que o avanço da territorialização de grandes empresas do agronegócio na agricultura também integra o mesmo processo. Para entendermos melhor essa relação, devemos compreender a trama de relações econômicas, sociológicas e ambientais na agricultura brasileira ao longo de seu desenvolvimento histórico. Segundo Delgado (2012), é possível considerarmos três estágios na história recente da agricultura brasileira. O primeiro estágio compreende o período entre 1965 e 1985, marcado pelo surgimento da denominada modernização conservadora da agricultura brasileira; neste período o governo estimulou fortemente a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” e aprofundou as relações de créditos à agricultura com mecanismo de seguro de preço e crédito à produção. Esse estágio foi seguido por um longo período de transição até o ano 1999, no qual a economia brasileira, e o próprio setor agrícola, enfrentou crises de inserção externa no âmbito do comércio e na circulação de capitais.

O último estágio caracterizado, refere-se ao período pós-2000, quando ocorre a reestruturação da economia do agronegócio, fortemente caracterizado pelo crescimento substancial de algumas cadeias agroindustriais frente ao conjunto da economia e “uma concentração muito forte de determinados segmentos do comércio externo, ligados a produtos

alimentares e rações para animais (Carnes, Açúcar e Soja)” (DELGADO, 2012, p. 107). A economia do agronegócio tornou-se, consequentemente, uma estratégia de acumulação de capital por intermédio da agricultura, simbolizando um pacto de economia política entre complexos de agricultura capitalista, a grande propriedade fundiária e o Estado (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018). Neste período, também é possível notar a intensificação do agronegócio enquanto fenômeno político (POMPEIA, 2021), que, por meio de uma articulação de agentes políticos, pauta a agenda pública no Brasil e mobiliza grande capacidade de organização ao inserir estrategicamente a narrativa do agribusiness no imaginário popular.

A transição neoliberal na segunda metade do século XX é um ponto importante de discussão para compreendermos o cenário atual da agricultura brasileira, pois é um período que simboliza a transição entre dois projetos de economia política: o da modernização conservadora (1965-1985) e o da economia do agronegócio. Delgado (2012) elenca que a reprimarização pautou a política exportadora dessa virada e, mesmo que o apelo à exportação de commodities promoveu o crescimento de poucos setores produtivos, são esses setores que dominaram e conduziram a política institucional da redemocratização, garantindo com isso uma contínua apropriação do capital. A exportação de commodities também impactou a renda territorial e o preço da propriedade da terra, deste modo é possível constatarmos que a produção do agronegócio manteve em muitos aspectos uma prática conservadora, pois em nenhum momento rompeu com a antiga estrutura fundiária brasileira, como bem aponta Brandão (2010):

A coalizão de poder, o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para a frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica [...]. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc) (Brandão, 2010, p. 55).

A dominação das finanças também transformou a agricultura e impactou o mercado mundial agroalimentar. Michelotti e Siqueira (2018) mencionam que no início dos anos 2000, após a crise das empresas “ponto.com” e do mercado imobiliário em 2007/2008, houve uma migração do capital especulativo para os refúgios seguros, principalmente no petróleo e nas commodities minerais e agrícolas. Isso acarretou uma elevação dos preços e dos custos

industriais com matéria prima, que reduziu a rentabilidade industrial, abrindo espaço para o fortalecimento da financeirização. A quebra de safra ou o aumento de demanda de alguns produtos não seriam mais responsáveis pela elevação de preços, esse papel passou a ser desempenhado pelo movimento do capital especulativo, que se beneficia com essas incertezas do sistema agroalimentar. Nesse contexto, a elevação de preços, não resulta mais em benefícios para os próprios produtores rurais, com exceção daqueles que produzem em larga escala e com alto padrão tecnológico.

No Brasil, coube aos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, introduzir a reorganização institucional que permitiu a consolidação do país como uma plataforma de valorização financeira internacional (Michelotti e Siqueira, 2018). Isso ocorreu por meio de instrumentos como a estabilização monetária no Plano Real, a abertura do mercado e comercial desordenada, as inúmeras privatizações financiadas pelo Estado, a sobrevalorização da moeda e a elevação da taxa de juros. Outras medidas também estiveram ligadas a esse período, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a vinculação à lógica de capitalização rentista dos trabalhadores da iniciativa privada por meio da Reforma no sistema previdenciário.

Neste processo de neoliberalização, podemos citar também o lançamento da estratégia do agronegócio durante o segundo governo de FHC, estabelecido como alternativa para a geração de saldos do comércio exterior capazes de suprimir os déficits do balanço de pagamentos. Esse processo deu-se por meio de investimento em infraestrutura para a apropriação de novos territórios, o redirecionamento da pesquisa agropecuária para operar conjuntamente com as multinacionais do agronegócio, a fraca regulação do mercado de terras, mudança na política cambial para deixar o agronegócio competitivo no mercado externo e reativação do crédito rural (Michelotti e Siqueira, 2018). Esses fatores demonstram que o neoliberalismo, consequentemente a própria financeirização, precisou de uma articulação entre Estado e atores privados para se estabelecer:

Daí o termo neoliberalismo para designar a filosofia econômica que o sustenta, embora isso não queira dizer retirada do Estado, uma vez que a desregulamentação, ou a redução da intervenção econômica estatal, se fez com o beneplácito dos governos, não apenas porque realizaram a liberalização das economias, mas se valeram dela na venda dos seus títulos de dívida que tiveram e têm papel importante no desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais (MOLLO, 2011, p. 490).

Em síntese, podemos entender que a partir do processo de mundialização do capitalismo, e a sua estruturação monopolista, a agricultura capitalista passou por transformações. A pregação neoliberal contra a agricultura de base familiar camponesa, mascarada por meio de uma investida contra os subsídios e a redução dos estoques governamentais de alimentos, definiu uma substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar. Oliveira (2018) afirma que as políticas públicas de segurança alimentar, durante o neoliberalismo, substituíram os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, também nesse contexto, foi criado em 1994 a Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão mundial responsável pela regulação do comércio. O autor concebe que “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2015, p.). Mediante esse cenário, emergem os mecanismos de economia verde na agricultura, cabe agora entender como o capitalismo se apropriou do discurso ecológico para legitimar a sua expansão

### 3.3 A natureza financeirizada: ecologização do capital e assetização da natureza

*Durante o Master Meeting Soja 2024, o especialista em agronegócio, Dr. Marcos Fava Neves, destacou não apenas a magnitude desse crescimento, mas também a sustentabilidade que está impulsionando a produção brasileira.*

*[Marcos Fava] Neves enfatizou que, seguindo essa trajetória, o Brasil poderá fornecer até dois terços da soja global de forma sustentável em apenas uma década. Essa conquista não apenas reforçaria a posição do Brasil como líder mundial em exportações de soja, mas também estabeleceria um novo padrão de excelência ambiental e social para a agricultura global.*

- Brasil rumo à liderança sustentável nas exportações de soja. GOTTEMS, Leonardo. Agrolink 2024

Muito pode ser escrito a respeito da relação entre capitalismo e crise. Para esse estudo, podemos adotar a argumentação de que a crise econômica e a crise ecológica “resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo - a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos - em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LOWY, 2013, p.79). Nesse sentido, ao descrever as

características do capitalismo de desastre, Klein (2007) contribui para o debate em torno do conceito de crises ao mostrar como a ideia propagada pelo economista neoliberal Milton Friedman, de que “somente uma crise, real ou pressentida, produz mudanças verdadeiras” (Friedman 1962, p.7), tornou-se uma orientação para ações estatais e corporativas nas últimas décadas. Ou seja, há uma tendência do capitalismo em explorar as crises - ambiental, econômica e política - para promover uma agenda em prol do livre mercado e das grandes empresas. Nesse contexto, a capitalização das crises também passa a funcionar como um mecanismo do capital de superação de suas próprias contradições e que busca continuar circulando e acumulado em meio a catástrofes.

Diante da crise ambiental, esse processo pode ser reconhecido na cooptação do discurso ecológico pelo capital, que, por meio da promoção de suas próprias ações de mitigação à catástrofe ambiental, tenta expandir sua valorização e obstruir pensamentos ecológicos críticos à sua hegemonia. O Movimento do capital em resposta à crise ambiental foi caracterizado por Monerat (2020) como *ecologização do capital*; segundo o autor, de um modo geral, trata-se de uma resposta capitalista à ultrapassagem dos limites ambientais pelo capital:

Iniciemos conceituando a ecologização do capital. Para isso, mais que relacionar a crise ambiental do tempo presente com o modo de produção capitalista – o que não se configura como uma novidade analítica – é preciso caracterizá-la como uma crise ambiental do capital. Com essa caracterização – na qual a preposição “do” estabelece o sentido específico – estamos considerando que a crise ambiental e sua inserção na agenda capitalista a partir do momento em que os problemas ambientais, decorrentes da própria lógica expansiva do capital, passam a obstaculizar o movimento continuado e expansivo do valor. Daí que sinteticamente temos a conceituação de crise ambiental do capital enquanto acúmulo de barreiras à valorização capitalista. Essa conceituação de crise ambiental como crise relacionada aos obstáculos à valorização também não significa desconhecer que esteja efetivamente em andamento uma crise ambiental para o conjunto da humanidade. Entretanto, nosso foco analítico está voltado para as formas desenvolvidas pelo capital para o enfrentamento da ambiental que obstaculiza seu movimento de produção de valor. E é o conjunto dessas medidas que abarcamos sob a denominação de formas de ecologização do capital. (MONERAT, 2022, p.2)

Ainda pensando na noção de crise, Monerat (2020) segue um caminho usado por outros autores de fazer uma distinção entre crise do capital (do valor) e ambiental; em sua distinção,

o autor estabelece a crise do capital como algo inerente à lógica expansiva do valor, o que não significa postular que o capital está sempre em crise. Além disso, durante a crise, há uma combinação contraditória de criação e destruição de valor, pois “o capital encontra-se frente a limites à continuidade da valorização que precisam ser superados inclusive destrutivamente – destruição de capital e força de trabalho – para que o movimento seja retomado” (MONERAT, 2020, p. 30). Já a crise ambiental, segundo o autor, surge quando a natureza, enquanto condição para a produção de mercadorias, é transformada em obstáculo à valorização, num movimento consequente da própria dinâmica expansiva do capital. Além disso, é importante considerar que a crise ambiental é “análoga à crise do capital, isto é, como contraditória conjugação de potencialidades criativas e destrutivas na dinâmica de sua superação pelo capital” (*ibidem*, p. 31).

A partir disso, é possível traçar um diálogo com outra linha teórica presente nos estudos relacionados à financeirização da natureza: *a assetização da natureza*. A assetização da natureza, que, entre muitas definições, pode ser resumida na conversão da natureza “em ativos financeiros que, por sua vez, não representam apenas a monetização e/ou precificação [...] da natureza, mas a conversão da natureza em um *asset* (ativo financeiro)” (RECH e BARRETO, 2022). Porém, vale ressaltar que o movimento de assetização da natureza não pode ser confundido com as ações de mercantilização dos bens naturais, que inclusive já estão integradas ao capitalismo; assetizar a natureza significa submeter os elementos naturais à lógica do capital e converter seus atributos à força produtiva do capital (MARX, 2017).

Ao assetizar fluxos de natureza o que se faz é, sem embargo, constituir um fluxo de pagamentos futuros através da utilização determinada de um fluxo natural, em contato com o trabalho, vivo ou cristalizado nas usinas hidrelétricas. A correnteza dos rios é esvaziada de todos seus aspectos qualitativos, abstraída, reduzida à sua potencial conversão em moeda-crédito. Caso o fluxo natural seja interrompido, pela seca por exemplo, o ativo esvazia-se completamente de valor, isso porque o trabalho, lá cristalizado em toneladas de concreto, não é em si valor, mas é substância de valor. Mais ainda, o fluxo de natureza, sem o intermédio do trabalho, permaneceria enquanto tal, enquanto sua qualidade imanente e, portanto, sem nenhum valor de troca. (RECH e BARRETO, 2022, p.56)

Ao resgatar esse conceito, visamos aprofundar as discussões relacionadas ao tema, como também expandir as possibilidades de uma nova leitura a respeito deste fenômeno. Nesse caso, um ponto importante para considerarmos nesta pesquisa é entender que assetizar a natureza não significa somente transformá-la em um ativo financeiro, mas também

enquadrar os atributos da natureza na lógica do valor. Nessa perspectiva, a assetização da natureza pode ser interpretada a partir de um ciclo, onde “uma coisa (tangível) ou um atributo (intangível), após subsumidos por uma lógica econômica peculiar (capitalização), encontram no sistema financeiro (financeirização) os instrumentos para fazer render o valor (assetização)” (OLIVEIRA, 2022, p. 41). Assim, podemos pensar a certificação ambiental a partir desse ciclo, especialmente nas etapas de capitalização — no momento em que a soja é rotulada, seguindo os critérios atribuídos pelo mercado e como medida para “maquiar” um modelo de produção de commodities ligado à grande propriedade e à concentração de terras — e na financeirização — quando a soja certificada gera crédito para o produtor, passível de ser negociado na plataforma da RTRS. A própria valorização que a soja certificada recebe no mercado, sob a bandeira da descarbonização, pode ser alocada nesse ciclo.

É claro que a assetização não explica todo o processo, na verdade, podemos considerá-la a etapa anterior à ecologização: antes de surgirem as ações capitalistas de combate à crise ambiental, foi necessário ocorrer uma mudança na incorporação da natureza à lógica do valor. Entre essas mudanças, está representada pela assetização da natureza, uma vez que simbolizou o ataque das finanças a novas fronteiras de acumulação, assim como a incorporação do discurso da descarbonização e a confiança no mecanismo de preços para alocação de riscos e recursos (OLIVEIRA, 2022; GABOR, 2021).

#### **4. A CERTIFICAÇÃO RTRS E A DESCARBONIZAÇÃO DA EXPANSÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AGRÍCOLA**

Fundada em 2006, em Zurique, na Suíça, a Round Table on Responsible Soy (RTRS) constitui-se como uma associação internacional formada pelas instituições Amaggi, Solidaridad, COOP, WWF, Fetrauf-Sul e Unilever. A associação também reúne produtores de soja, varejistas e organizações da sociedade civil, seus objetivos são promover a produção e o comércio da chamada soja sustentável a nível mundial. Segundo informações disponibilizadas no site da associação, os membros do grupo “estabelecem um sistema de certificação voluntária baseado em padrões de produção sustentáveis para facilitar o cultivo, processamento e uso responsável da soja nos mercados globais”. E é justamente esse sistema que concebe a certificação RTRS.

Sua criação também é resultado das discussões realizadas no Fórum Global de Soja, em 2004, onde discutiu-se pela primeira vez o conceito de "soja responsável" ou soft commodities. Além disso, dois anos depois o governo brasileiro instituiu a Moratória da Soja, uma conciliação entre diferentes segmentos da cadeia de produção da soja e organizações da sociedade civil para conter a expansão agrícola de seu plantio na Amazônia Legal, por meio da rastreabilidade de commodities produzidas em áreas desmatadas após 22 de julho de 2008. Esses dois acontecimentos demandaram que os grandes produtores de soja buscassem por formas de adequar suas produções agrícolas às novas regras estabelecidas.

A certificação RTRS tem como requisitos os seguintes princípios: cumprimento da Legislação e Boas Práticas Empresariais; Condições de Trabalho responsáveis; Relações Responsáveis com a Comunidade; Responsabilidade Ambiental; Boas Práticas Agrícolas. Os responsáveis por auditar e certificar os padrões RTRS são órgãos de certificação (Tabela 1), são eles que realizam as auditorias e fiscalizam as propriedades. Para realizar essa pesquisa, foram selecionados os Relatórios de Auditoria Pública, documentos disponibilizados pelos órgãos de certificação que contêm informações acerca dos produtores certificados. Essa pesquisa se pautou nas informações dos Relatórios de 2022, dos quais extraímos informações sobre os produtores certificados (Tabela 2).

A origem dos órgãos de certificação não é por acaso, a Round Table on Responsible Soy também apresenta uma atuação em escala mundial, estando presente em cinco países: Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Índia. Porém, 80% da soja certificada é originada do Brasil, o que demonstra a importância de entender as relações por trás desse novo modelo de expansão da soja.

**Tabela 1 - Órgãos de Certificação**

<b>Órgão de Certificação</b>	<b>Origem</b>
BUREAU VERITAS	Argentina
Associação Control Union Certificate Ltda.	Holanda
COTECNA	Suíça
FoodChain ID Certificadora Ltda.	EUA
GENESIS GROUP	Brasil
IMAFLORA	Brasil
LSQA	Argentina
SBC – Serviço Brasileiro de Certificações Ltda	Brasil
SGS GROUP	Argentina

Fonte: Site da RTRS

Ainda com base nos relatórios de auditoria, identificamos quais os grupos atuantes na região do Matopiba (Tabela 2); consideramos aqui todos os grupos com projetos vinculados a propriedades no Matopiba. Os grupos identificados foram: SLC Agrícola S.A.; Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação LTDA; Bunge Alimentos (Grupo de Produtores Bunge); Grupo Horita; Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (Fapcen) e Agrex do Brasil. De antemão, já é possível identificar uma variedade entre os grupos.

**Tabela 2 - Empresas e Instituições com produção de soja certificada pela RTRS (2022 e 2023) no MATOPIBA**

<b>Responsável pelo projeto</b>	<b>Localização</b>	<b>Área total de soja (ha)</b>	<b>Área de Soja certificada (ha)</b>
SLC Agrícola S.A.	Bahia, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás	346.940,88	194.388,23
Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação LTDA	Maranhão, Bahia, Piauí e Mato Grosso	40.574	-
Bunge Alimentos - Grupo de Produtores Bunge	Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	-	-
Grupo Horita	Bahia	-	-
Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (Fapcen)	Maranhão, Piauí e Minas Gerais	161.928	161.928
Agrex do Brasil	Maranhão e Tocantins	12.944	12.944

<b>Total</b>	562.386,88	369.260,23
--------------	------------	------------

Fonte: Relatórios de Auditoria Pública, 2022

Entre os grupos com produção certificada, temos a SLC Agrícola (tabela 3), uma das principais empresas do agronegócio, e o Grupo Horita (Tabela 4), uma grande empresa com atuação no oeste baiano. O caso das duas empresas é intrigante, pois ambas foram acusadas pela ONG Erathsigh de grilagem e desmatamento. E antes disso, a SLC Agrícola SLC já havia sido denunciada por desmatar, em 2020, mais de 5 mil hectares para cultivar soja em Formosa do Rio Preto, na Bahia (PAES, 2020).

**Tabela 3 - Propriedades SLC Agrícola com produção de soja certificada**

<b>Propriedades</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>Município</b>
Fazenda Palmares	34.005,00	Barreiras (BA)
Fazenda Panorama	24.734,00	Correntina (BA)
Fazenda Parnaíba	41.621,00	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Planeste	39.948,27	Balsas (MA)
<b>Total</b>	140.308,27	

Fonte: Relatório de Auditoria Pública, Bureau Veritas. 2022

**Tabela 4 - Propriedades Grupo Horita com produção de soja certificada**

<b>Propriedades</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>Município</b>
Fazenda Acalanto	8.431,79	São Desidério (BA)
Fazenda Centúria	91.720,32	Formosa do Rio Preto (BA)
Fazenda Querubim	17.129,31	São Desidério (BA)
Fazenda Sagarana	13.650,01	Correntina (BA)
Fazenda Timbaúba	14.270,39	São Desidério (BA)
Fazenda Ventura	13.475,29	São Desidério (BA)
<b>TOTAL (ha)</b>	141.547,80	

Fonte: Relatório de Auditoria Pública, FoodChain. 2023

Outro grupo que aparece com soja certificada produzida no MATOPIBA é a Bunge Alimentos (Tabela 5). Apesar da empresa ter estabelecido a política de “desmatamento zero” no cerrado, um estudo veiculado pela organização Mighty Earth revelou que fazendas fornecedoras da empresa desmataram 11 mil hectares no Matopiba, entre junho de 2021 e março de 2023.

**Tabela 5** - Propriedades Bunge Alimentos S.A. com produção de soja certificada

Propriedades	Área Total (ha)	Município
Fazenda Santo Expedito	1836,1	Luiz Eduardo Magalhães (BA)
Fazenda Passo Fundo	3.838	Barreiras (BA)
Fazenda Lajedo	1.946	São Desidério ( BA)
Fazenda Erechim	10.037,60	São Desidério ( BA)
Fazenda Santa Maria BA	22.392,70	Formosa do Rio Preto (BA)
Fazenda São José	17.523,50	São Raimundo das Mangabeiras (MA)
<b>TOTAL (ha)</b>	<b>57573,9</b>	

Fonte: Relatório de Auditoria Pública, ControlUnion. 2023

**Tabela 6** - Propriedades Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação LTDA com produção de soja certificada

Propriedades	Área Total (ha)	Município
Fazenda Agro Boa Vista	1.767,90	Balsas (MA)
Fazenda Certeza	4.156,50	Balsas (MA)
Fazenda Caiuá	2.747,12	Balsas (MA)
Fazenda Takahashi	5.504,28	Balsas (MA)
Fazenda Escondido	4.512,96	Balsas (MA)
Fazenda Agromantova - Batavo	10.625,21	Balsas (MA)
Fazenda Arapuã	10.029,98	Balsas (MA)
Fazenda Apuã	3.220,07	Balsas (MA)
Fazenda Teatino	3.937,69	Balsas (MA)
Fazenda Chapadão	7.588,17	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Sapucaí	4.794,92	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Piracicaba	7.500,30	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Angicos	5.781,64	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Terra Nova	6.198,46	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Nossa Senhora Das Graças	5.299,48	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Cabeceira	8.937,25	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Faveira	5.489,18	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Guaíra	5.085,65	Fortaleza dos Nogueiras (MA)
Fazenda Seis Irmãos	15.012,00	Riachão (MA)
Fazenda Baixão Preto	6.273,50	Riachão (MA)
Fazenda Tabatinga	5.930,63	Alto Parnaíba (MA)
Fazenda Japurá	11.000,99	Santa Filomena (PI)
Fazenda Tradição	6.410,31	Ribeiro Gonçalves (PI)

Fazenda Alvorada - Fritzen	22.803,34	Monte Alegre (PI)
Fazenda Alvorada	8.559,59	São Desidério ( BA)
Fazenda Guarani	19.417,00	São Desidério ( BA)
Fazenda Campo Aberto	5.918,35	Barreiras (BA)
Fazenda Orquídeas	7.506,00	Barreiras (BA)
Fazenda Condomínio Irmãos Gatto	22.366,00	Barreiras (BA)
Fazenda Gbc	5.065,80	Correntina (BA)
Fazenda Paraná	6.115,08	Correntina (BA)
Fazenda Porto Alegre	2.763,10	Correntina (BA)
Fazenda Sama	3.245,51	Luiz Eduardo Magalhães (BA)
<b>TOTAL (ha)</b>	<b>251.563,96</b>	

Abaixo, na Tabela 2, estão as propriedades da Agrex do Brasil, a qual usamos para embasar essa pesquisa. Como podemos observar, a Agrex está presente na região de Balsas, no Maranhão, e no município de Campos Lindos. Destacamos essa empresa para servir como objeto de estudo, uma vez que trata-se de um caso simbólico no contexto de mundialização da agricultura no Brasil - chegada do capital estrangeiro e controle de terras por empresas multinacionais. Os detalhes dessa empresa serão discutidos na próxima seção.

**Tabela 7 - Propriedades da Agrex do Brasil com produção de soja certificada**

Propriedades	Área Total (ha)	Município
Fazenda Santo Isidoro	5.511	Riachão (MA)
Fazenda Batavo	17.627	Balsas (MA)
Fazenda Curitiba	15.761	Tasso Fragoso (MA)
Fazenda Campos Lindos	2.316	Campos Lindos (TO)
<b>TOTAL (ha)</b>	<b>41.215</b>	

Fonte: Relatório de Auditoria Pública, Bureau Veritas. 2022

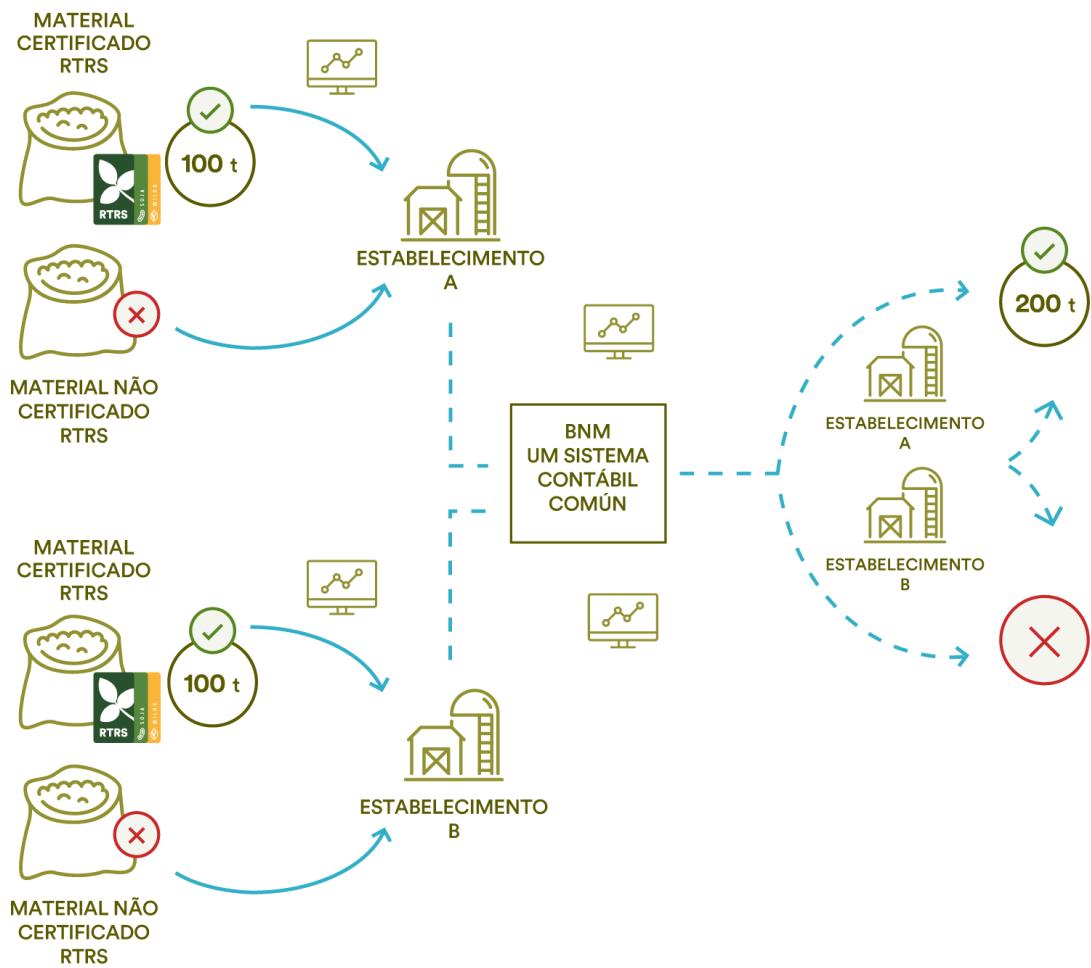
No que se refere à comercialização dos produtos, a organização oferece duas possibilidades para os compradores adquirirem a soja certificada: créditos RTRS e produto físico certificado. O produtor que segue os requisitos de certificação recebe créditos equivalentes ao volume de produção de soja certificada, cada tonelada de soja certificada RTRS equivale a 1 crédito, porém esse crédito não é calculado na base de carbono equivalente. Esse crédito pode ser comercializado na plataforma online da RTRS e comprado por instituições que desejam compensar suas emissões de carbono; em uma notícia veiculada pelo Globo Rural, um produtor ligado a Cooperativa Frísia relata, por exemplo, que arrematou R\$ 31 mil ao vender seus 2.281 créditos.

Em apêndices, há uma tabela apresentando os principais compradores de crédito RTRS. Somente em 2023, foram comercializados 12 milhões de créditos RTRS; entre os compradores temos grandes empresas como a Cargill e ADM, e bancos como o BTG Pactual. Os dados de compradores revelam que há uma demanda considerável por esse material no mercado, muitos desses compradores buscam formas de compensar seus impactos ambientais.

Já para adquirir o material físico certificado, a organização relata que é necessário a certificação de toda a cadeia de suprimento por meio do *Padrão RTRS de Cadeia de Custódia*, dessa forma, a organização considera estar assegurando a rastreabilidade da soja e a garantia da origem de fontes certificadas. Não há uma métrica oficial acerca da diferença de preço entre os produtos certificados e não certificados. O Padrão RTRS de Cadeia de Custódia estabelece os requisitos que uma instituição deve implementar para estabelecer o controle de inventários do material certificado, tanto grãos de soja, quanto seus subprodutos. A RTRS oferece três sistemas de cadeia de custódia para assegurar a rastreabilidade da soja certificada: Balanço Nacional de Materiais, Balanço de Massa e Segregação. De um modo geral, nos sistemas de Balanço Nacional de Materiais e Balanço de Massa (do local), a soja certificada RTRS mistura-se com a soja não certificada RTRS ao longo da cadeia de comercialização; enquanto no sistema de Segregação, a soja certificada RTRS se mantém separada da soja não certificada.

No sistema de Balanço Nacional de Materiais (Figura 1), os operadores certificados pela RTRS organizam um sistema único de contabilidade em nível nacional. Ou seja, dois estabelecimentos diferentes, contendo soja certificada e não certificada, compartilham um único sistema contábil.

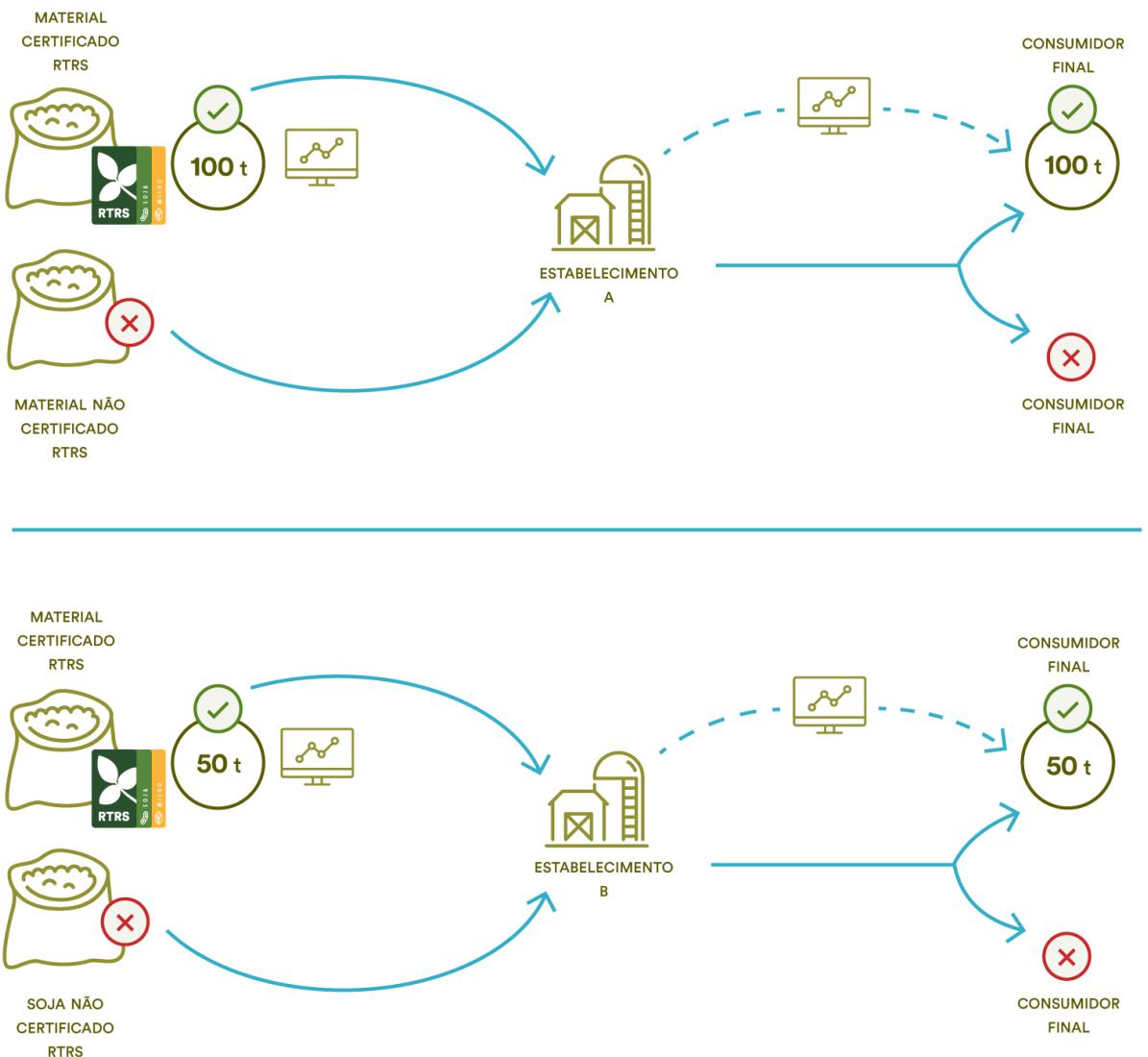
Figura 1 - Sistema de Balanço Nacional de Materiais



Fonte: RTRS

No sistema de Balanço de Massa (Figura 2), os operadores têm sistemas de contabilidade separados, o que lhes permite garantir que os volumes de soja certificada RTRS entregues - ou de produtos derivados - possam corresponder aos volumes de soja certificada RTRS que entram na sua unidade. Nesse sistema, a soja certificada ainda pode se misturar com a soja não certificada.

Figura 2 - Sistema de Balanço de Massa



Fonte: RTRS

No Sistema de Segregação (Figura 3), os estabelecimentos certificados pela RTRS responsáveis por armazenar, transportar e processar a soja certificada, se mantêm separados de outros estabelecimentos que possuem soja não-certificada. Não há informações sobre a quantidade de soja circulada em cada sistema.

Figura 3 - Sistema de Segregação



Fonte: RTRS

Não há dados acerca da participação de cada sistema no volume total de soja certificada produzida.

#### 4.1 O caso da Agrex do Brasil

A Agrex do Brasil, antiga CEAGRO, é uma empresa de produção e comercialização de commodities agrícolas - especificamente soja e milho. A empresa foi fundada em Balsas, no Maranhão, em 1995, sob o nome CEAGRO, que inicialmente se especializou na comercialização de agrotóxicos e insumos agrícolas. Nove anos depois de sua fundação, em 2004, a empresa expande a sua atuação para o Piauí e em seguida, em 2007, inaugura uma filial em Guaraí, no Tocantins, marcando sua presença nesses três estados da região estudada por essa pesquisa.

Após sua expansão para o “MAPITO”, a CEAGRO/Agrex passa por uma transformação na estrutura capitalista acionária; em 2008, seu destaque no cenário regional chama atenção do grupo argentino Los Grobos, que naquele ano havia se associado com o fundo brasileiro *Vinci Partners*, um fundo de private Equity especializado na compra e gestão de empresas. Diante dessas duas conjunturas, o grupo argentino torna-se o principal sócio da companhia, integrando-a em seu portfólio de atuação no Brasil. A entrada do grupo Los Grobos é um

ponto de virada na história da CEAGRO/Agrex, pois é nesse momento que a empresa inicia a sua produção de commodities. Entretanto, a empresa não possuía terras próprias, 20% de sua produção estava em terras arrendadas pela Sollus Capital - também do grupo Los Grobo - e o restante era de arrendamentos diretos com agricultores locais, em um modelo no qual a companhia assinou “contratos de prestação de serviços com os produtores locais que tinham dificuldade em produzir por conta própria por falta de competitividade” (VARROTI, 2021, p.152).

A associação entre CEAGRO/Agrex e a Sollus Capital fez parte das estratégias pensadas pelo Grupo Los Grobo para sua atuação no Brasil, uma vez que, como não podiam replicar parte das estratégias usadas na Argentina, recorreram à manutenção dessas duas empresas - uma destinada a aquisição da terra e a outra responsável por gerenciar a produção - para garantir sua territorialização no território brasileiro. Isso não só permitia a pulverização dos riscos, como também servia para contornar as legislações fundiárias e ambientais do Brasil. Atualmente, a tática de produção agrícola em terras arrendadas permanece como uma prática da companhia, sob o nome de “parcerias”.

Entre 2010 e 2013, a empresa japonesa Mitsubishi Corporation tornou-se a principal acionista da companhia e alterou o nome para Agrex do Brasil (MIRANDA, 2021), instaurando a sua nova configuração. Atualmente, a empresa apresenta um modelo de negócio com o objetivo de estar presente em diversos segmentos da cadeia produtiva:

“Atuamos no modelo de one-stop-shop. Temos um portfólio com tudo que o agricultor precisa para implantar e conduzir lavouras comerciais de soja, milho e sorgo. Por sermos uma trading, também podemos comprar a produção (soja, milho e sorgo) do cliente, comercializando-a no mercado interno brasileiro e também podendo exportá-la para outros países consumidores. Custeio financeiro para as operações de pré-plantio, plantio e colheita, além de serviços de agricultura de precisão e soluções digitais para a gestão online/on time da atividade produtiva também são ofertadas — tudo isso com um objetivo único de fazer com que os nossos clientes produzam mais, com o melhor custo-benefício possível” (Antônio Prado, CEO da companhia em entrevista para a Revista Cultivar, 2023).

Esse modelo apresentado pela companhia reflete os próprios ideias da Mitsubishi Corporation, que adquire a empresa como forma de desenvolver uma frente de atuação no agronegócio. Agora, não são só os veículos da Mitsubishi que circulam nas estradas do campo, mas seus outros produtos também. Quando olhamos para a rede de empresas

vinculadas à Agrex (Tabela 8) podemos identificar essa ampliação territorial e de serviços da empresa.

**Tabela 8 - Empresas Agrex do Brasil**

Empresa	Ano de Criação	Tipo	Sede
AGREX DO BRASIL	2014	Filial	PI
AGREX	2023	Filial	MT
AGREX DO BRASIL	2011	Filial	MT
AGREX	2023	Filial	MT
AGREX DO BRASIL	2003	Filial	RS
AGREX DO BRASIL	2011	Filial	MT
AGREX	2008	Matriz	GO
AGREX DO BRASIL	2019	Filial	PI
AGREX DO BRASIL	2007	Filial	RS
AGREX	2015	Filial	PA
AGREX	2014	Filial	MA
AGREX	2008	Filial	GO
AGREX	2023	Filial	GO
AGREX	2013	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	BA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	PI
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	PI
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	TO
AGREX DO BRASIL LTDA	2014	Filial	TO
INSTITUTO AGREX	2010	Matriz	MA
AGREX DO BRASIL	2011	Filial	MT
AGREX DO BRASIL	2020	Filial	MT
AGREX DO BRASIL	2003	Matriz	SP
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA

AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	TO
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2023	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2023	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	TO
AGREX DO BRASIL LTDA	2021	Filial	MT
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2012	Filial	TO
AGREX DO BRASIL PATRIMONIAL S.A.	2012	Matriz	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2022	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2023	Filial	PA
AGREX INTERNATIONAL UK LIMITED	2003	Matriz	UK
AGREX DO BRASIL LTDA	2008	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
AGREX DO BRASIL LTDA	2014	Filial	TO
AGREX DO BRASIL LTDA	2010	Filial	MA
FAZENDA SANTA MARIA DA PONTE LAVRADA I - AGREX DO BRASIL LTDA.	2011	Filial	GO
AGREX DO BRASIL LTDA	2012	Filial	TO

**Fonte:** Diretório Brasil, 2023

É no momento em que a Mitsubishi Corporation adquire a Agrex que a empresa passa a adotar a certificação RTRS em sua produção. Nas palavras do CEO:

“Somos certificados desde 2013 e isso significa que atendemos aos padrões exigentes da associação em todas as esferas da sustentabilidade: desde o cuidado com nossos colaboradores, comunidade e todos os públicos envolvidos, passando pela conformidade ambiental e pela governança corporativa. Esse percentual de área certificada atualmente já nos coloca a frente de nossos competidores e a projeção para os próximos anos é aumentar ainda mais” (Antônio Prado, CEO da companhia em entrevista para a AgroLink, 2021)

Em relação à quantidade de soja certificada produzida pela Agrex do Brasil (Tabela 9), os dados disponibilizados pela organização RTRS vão de 2016 a 2023. De lá pra cá, a Agrex do Brasil já produziu 556.031 toneladas de soja certificada

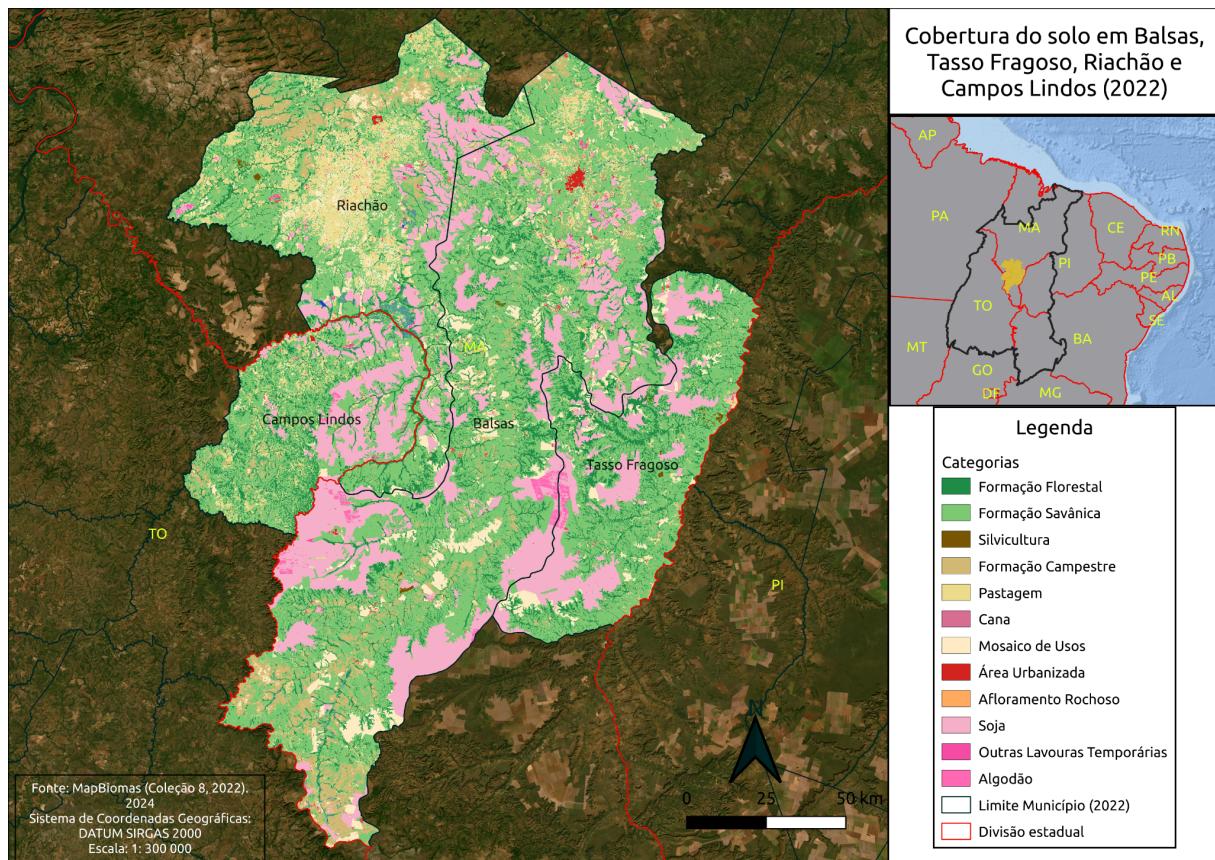
**Tabela 9 - Empresas Agrex do Brasil**

Ano	Produção de Soja RTRS (t)
2016	65.016
2017	91074
2018	83520
2019	73772
2020	58922
2021	67922
2022	67922
2023	47883
<b>Total</b>	<b>556.031</b>

**Fonte:** RTRS, 2023

Na figura 4, apresentamos a cobertura ou o uso do solo nos municípios com produção certificada da Agrex do Brasil. Aqui podemos observar como as propriedades estão localizadas em municípios próximos, formando uma rede. Essa localização da Agrex não é por acaso, a região de Balsas, junto com o município de Campos Lindos (TO) formam, atualmente, como veremos à frente, uma das principais regiões produtoras de soja no Matopiba e que têm apresentado uma forte expansão da produção. Além disso, a atuação da Agrex do Brasil — vinculada ao capital estrangeiro da Mitsubishi — segue

**Figura 4** – Cobertura do solo nos municípios com produção certificada da Agrex do Brasil



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2023).

O caminho percorrido neste capítulo teve como objetivo entender as ações capitalistas de enfrentamento à crise ambiental enquanto consequência da fase atual de expansão do capital. A ascensão dos mecanismos de economia verde foi precedida pelo avanço da mundialização e financeirização, por isso, foi preciso um resgate teórico para interpretar esse movimento do capital. Agora, é necessário compreender como a soja entra nesse cenário, tanto a partir da financeirização, isto é, o avanço da soja como um resultado da mundialização da agricultura, quanto da economia verde. Por que foi necessário o agronegócio buscar mecanismos de roupagem verde na produção da soja no cerrado?

## **5. O CERRADO NO *PLANTATIONOCENO*: O ONTEM E O HOJE DA SOJA NO MATOPIBA**

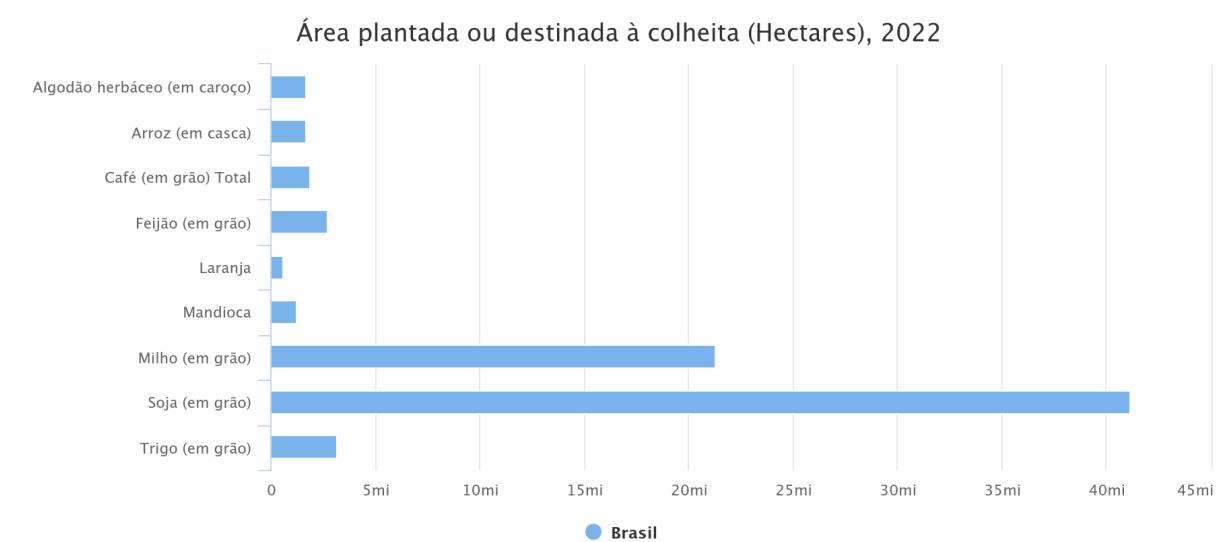
Durante uma mesa redonda realizada na Dinamarca, em 2014, a filósofa Donna Haraway e a antropóloga Anna Tsing ao discutirem as contradições da atual fase de expansão do capital, propuseram o termo *Plantationoceno* como forma de interpretar a atual crise ambiental e encaixar as consequências desse cenário numa leitura anti-colonial. De fato, o padrão agrícola monocultural gerou consequências sociais e ambientais ao longo de sua ampliação, como a destruição de ecossistemas e dos espaços de refúgios de povos (WEDIG e RAMOS, 2023). Tal modelo é uma continuidade — mas não uma imitação — do modelo agrário instaurado durante a colonização, que tem se perpetuado com “ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multi específicas” (HARAWAY, 2016, p.144). Assim, estudar o papel desempenhado pelas *commodities* no atual contexto agrário revela inúmeros aspectos da história de ocupação do território brasileiro, pois o atual modelo de monocultura é um resultado desse processo; e pensar a partir do *Plantationoceno* ajuda a pontuar as contradições por trás da máscara *verde* que as grandes empresas do agronegócio tentam usar, como bem aponta Wolford (2021):

Não é simplesmente um exercício teórico perguntar se o *Plantationoceno* poderia ser a melhor maneira de descrever a era moderna. O que está em jogo é uma compreensão das crises contemporâneas, muitas das quais, diria eu, têm as suas raízes na *Plantation* como sistema social, um imperativo e uma mentalidade. As alterações climáticas e o aquecimento global devem-se, em parte, à transição de terras para a pecuária em grande escala e à produção de mercadorias e às emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura em grande escala (Mahowald et al. 2017). As plantações, com ênfase na escala, precisão e extração, promovem inherentemente a monocultura e a agricultura intensiva em fatores de produção que alimentam as alterações climáticas (Baird e Barney, 2017).

A história do Brasil é marcada por uma superposição de fases de produção, no qual, em cada período, há um predomínio de um fator sobre outros. Em outras palavras, a história econômica e política do Brasil pode ser lida a partir de uma “uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total” (PRADO JÚNIOR, 1976, p.127). Apesar das inúmeras críticas a ideia de

ciclos e aniquilamento, a interpretação de Prado Júnior continua importante para pensarmos como a conjuntura internacional e os diversos interesses do capital favorecem um determinado produto, tanto que ““em cada um dos casos em que organizou um ramo da produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava” (PRADO JÚNIOR, 1976, p.128). Como apontado no capítulo anterior, a atual fase de expansão do capital no campo agrário brasileiro é caracterizada pela intensa produção de commodities. À vista disso, considerando a área plantada e a proporção de sua produção, a soja é, atualmente, a principal commodity produzida no Brasil. Podemos ilustrar isso a partir dos gráficos 1 e 2, que apresentam respectivamente o total da área plantada e o montante da produção dos principais produtos agrícolas no país na safra de 2022.

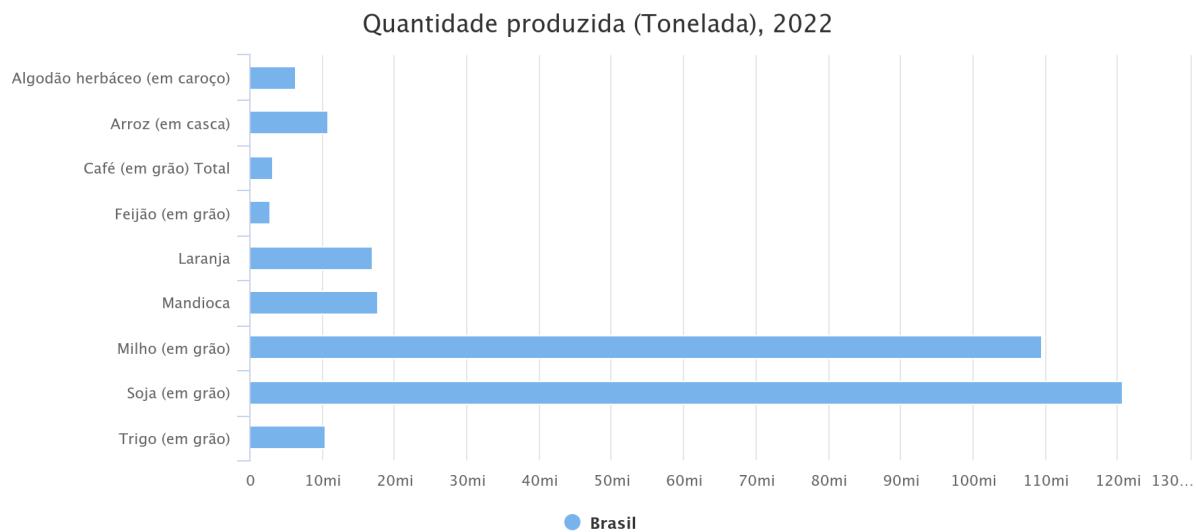
**Gráfico 1 - Área plantada ou destinada à colheita<sup>8</sup> (ha) em 2022**



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2022

<sup>8</sup> Para esse cálculo, o IBGE utiliza a categoria de culturas temporárias e permanentes. Por isso, produtos como a cana ou silvicultura, não entram.

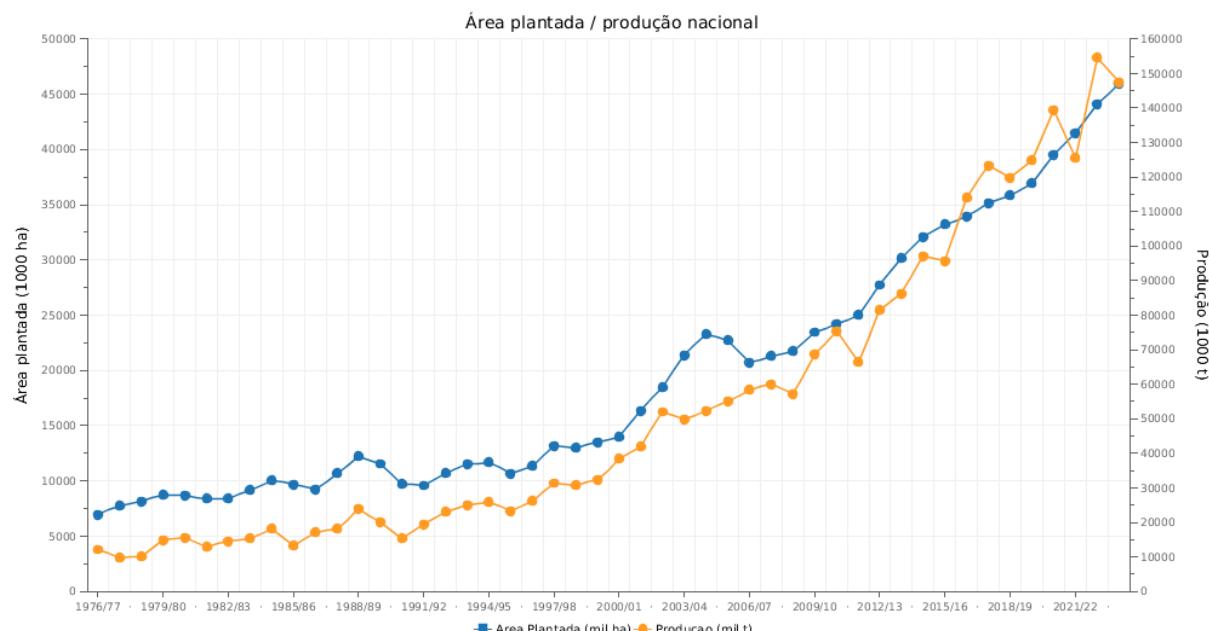
**Gráfico 2 - Quantidade produzida por cultura temporária ou permanente (t) em 2022**



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2022

No gráfico 1, é possível observar uma predominância de áreas plantadas (ou destinada à colheita) por soja no país; que só na safra de 2022 chegou a aproximadamente 43,8 milhões de hectares, praticamente o dobro da área de produção do milho. Já no Gráfico 2, observamos uma produção de 120 milhões de toneladas de grãos de soja, que, apesar de ser a maior produção, não fica muito distante do milho. E quando olhamos para a série histórica da área plantada por soja no Brasil e o crescimento da produção nacional (Gráfico 3), observamos um aumento significativo no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, justamente quando ocorre a intensificação da neoliberalização e da financeirização da agricultura. Além disso, entre 2002 e 2022, a área plantada por soja no Brasil cresceu aproximadamente 186,66%, indo de 15 milhões de hectares para 43 milhões de hectares. Algumas estimativas apontam que nos próximos 10 anos, a área plantada de soja deve aumentar 27,5%, passando de 43,8 milhões de hectares para 55,9 milhões (MAPA, 2023). Estima-se que a expansão deve ocorrer nas áreas do cerrado centro-norte, o Matopiba (Figura 1).

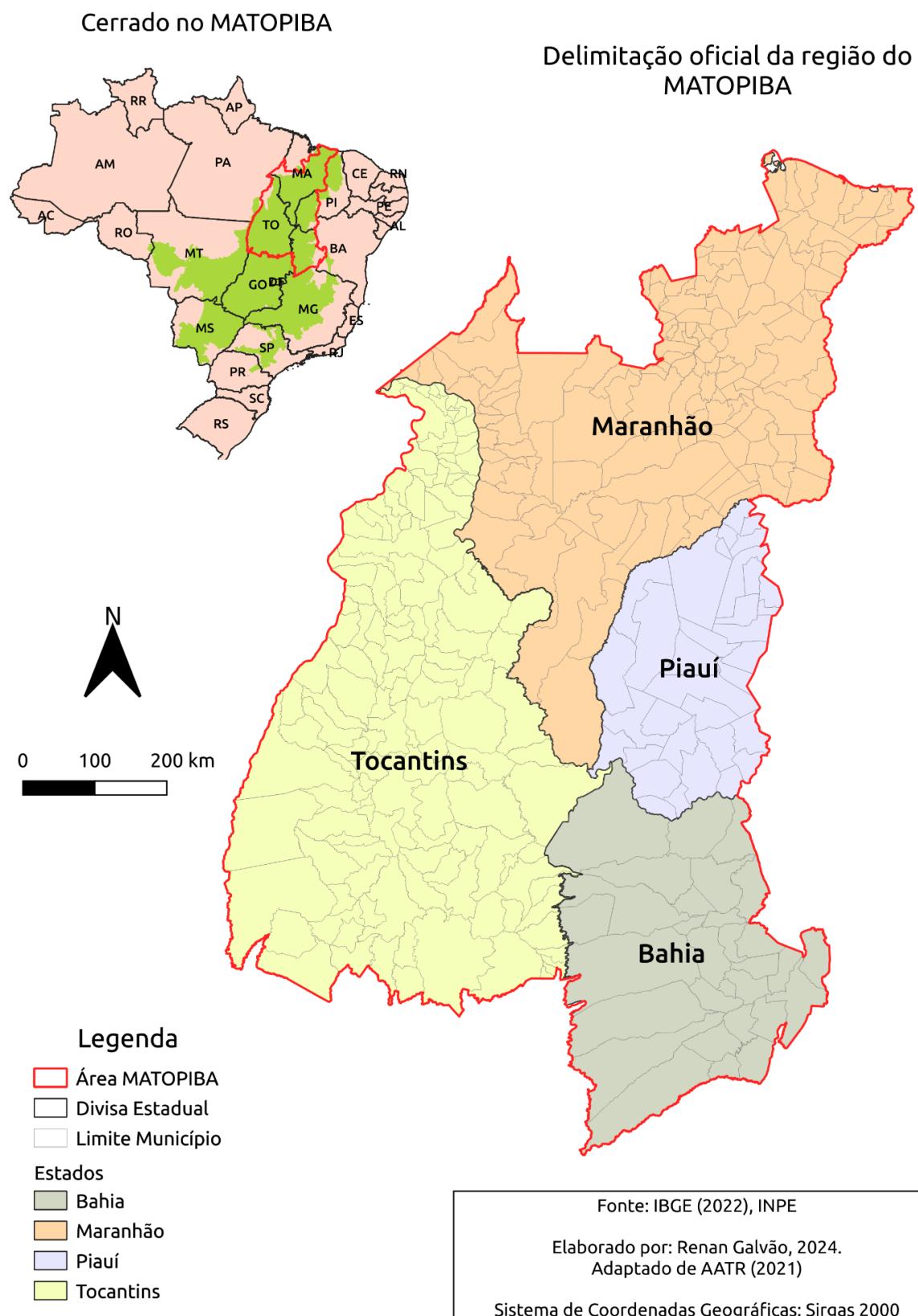
**Gráfico 3 - Área plantada de soja no Brasil**



Fonte: CONAB

O Matopiba (Figura 4) é uma região de fronteira agrícola composta por municípios do sul-nordeste do Maranhão, sudoeste do Piauí, oeste da Bahia, e o estado do Tocantins em sua totalidade. Sua definição se deu pelo Decreto Federal nº. 8.447, de 06 de maio de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba); já a sua delimitação, foi estabelecida pela Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015. Com 337 municípios, o Matopiba possui uma área de 73 milhões de hectares, sendo: 135 municípios do Maranhão; 139 municípios do Tocantins; 33 municípios do Piauí; e 30 municípios da Bahia. Vale destacar, que em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto nº 11.767 instituindo o comitê gestor responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba. Esse decreto representa inaugura uma novo ciclo de investimento estatal na região

**Figura 4 – Delimitação oficial da região do MATOPIBA**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

O Decreto nº 11.767, publicado em 2023, cria o comitê gestor de natureza interministerial responsável por elaborar e aprovar o PDA-Matopiba no prazo de 180 dias. Cabe destacar que um dos objetivos previstos para o PDA-Matopiba é o desenvolvimento com base na sustentabilidade, evidenciando que a ecologização do capital na agricultura está consolidada.

Art. 3º São objetivos do PDA-Matopiba:

I - orientar programas, projetos e ações federais relativos às atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais a serem implementados na sua área de abrangência; e

II - promover a harmonização dos programas, dos projetos e das ações federais existentes, observadas as seguintes diretrizes:

a) desenvolvimento agropecuário com base na sustentabilidade agroambiental e gestão territorial;

b) desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais; e

c) ampliação e fortalecimento da agricultura, pecuária e agroindústria familiar, por meio da implementação de instrumentos de fomento e financiamento que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais e empreendedores agroindustriais. (BRASIL, 2023)

A violência que hoje marca a expansão da soja e os investimentos de capital em empreendimentos agrícolas é uma continuidade de diversas tentativas do Estado brasileiro em ocupar os cerrados na segunda metade do século XX. Logo, os atos normativos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e presidência da república apenas oficializaram um processo anterior de ocupação. Lima (2019) elenca, por exemplo, algumas iniciativas que prepararam o terreno para a fundação do Matopiba: SPVEA Superintendência do Planejamento de valorização econômica da Amazônia (1953), Rodovia Belém-Brasília (BR-010) (1958), PIN Programa de integração Nacional (1970), criação do INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, PROTERRA - Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte (1971), Projeto Pioneiro de colonização no Maranhão (1973), POLO AMAZÔNIA (1974), PGC Programa Grande Carajás (1980), e o PRODECER.

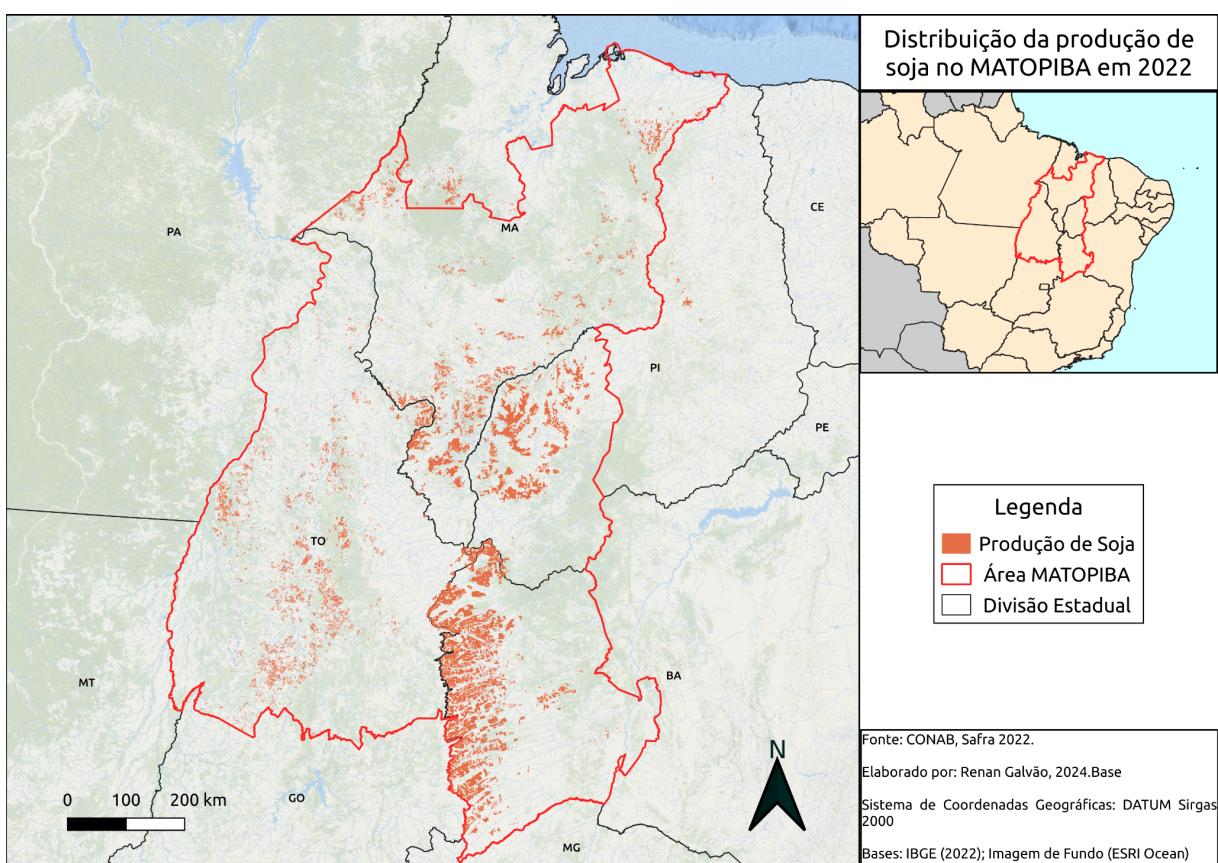
O PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados - foi uma política pública de ordenamento territorial para a ocupação do Cerrado com forte presença do Estado, a fim de concretizar a territorialização do capital e produzir os frutos necessários à sua expansão (PESSÔA e INOCÊNCIO, 2014). Podemos considerar o PRODECER um marco na história de ocupação dos cerrados, pois esse programa resultante de um acordo de cooperação entre Brasil e Japão contribuiu no desencadeamento da *sojização* nos territórios do Matopiba. Esse desencadeamento ocorreu pelo estímulo do PRODECER à expansão dos cultivos de grãos, com o apoio da EMBRAPA, e o fortalecimento da tecnificação do campo (LIMA, 2019).

Esse caso nos mostra que as dinâmicas desenvolvimento no campo agrário seguem, muitas vezes, as atuações políticas do Estado e do mercado. Isso significa pensar que o modo de organização da agricultura e a circulação de alimentos depende das estruturas de poder que se transformam conforme os Estados - e o próprio capital - conquistam novas fronteiras. Essa maneira de interpretar a realidade está ligada com a leitura oferecida pela noção de Regimes Alimentares (McMichael, 2016), a qual entende que a circulação de alimentos foi determinada por um somatório de agentes políticos e econômicos hegemônicos em cada período (Reino Unido, Estados Unidos e Corporações). O avanço da soja no cerrado está iminentemente ligado ao regime alimentar das corporações (Regime Corporativo), onde a financeirização e o neoliberalismo ditaram as regras de mercado. Ademais, Friedman (2005), um dos pioneiros da noção de regime alimentar, pontua que “uma nova rodada de acumulação parece emergir no setor agroalimentar, fundamentada na apropriação seletiva de demandas de movimentos ambientalistas” (p. 299); Friedman chamou esse cenário de Regime Alimentar Corporativo-Ambiental. Isso mostra que o uso do discurso ambiental pelo capitalismo já estava sendo discutido por inúmeros autores, como também, demonstra que esse novo momento está antenado à fase de expansão do capital pelas finanças, já que a ecologização do capital aparece justamente no momento em que as finanças se mundializam.

É possível entender as dinâmicas da soja no Matopiba olhando para a sua distribuição espacial (Figura 2). Com isso, levando em conta o padrão de distribuição, podemos dividir a área de soja em três regiões de destaque. A primeira região, o Oeste baiano, sem dúvidas, trata-se de uma área com a produção da soja fortemente consolidada, especialmente nos municípios de Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Riachão das Neves, São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A segunda região engloba os municípios do Sul do Maranhão, Piauí e Microrregião do Jalapão (especialmente o município de Campos Lindos); é justamente nessa região que está inserida a Agrex do Brasil. E por fim, as

microrregiões de Porto Nacional e Gurupi, no Tocantins, onde estão localizados os municípios de Porto Nacional e Peixe.

**Figura 2 – Distribuição da produção de soja no MATOPIBA em 2022**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

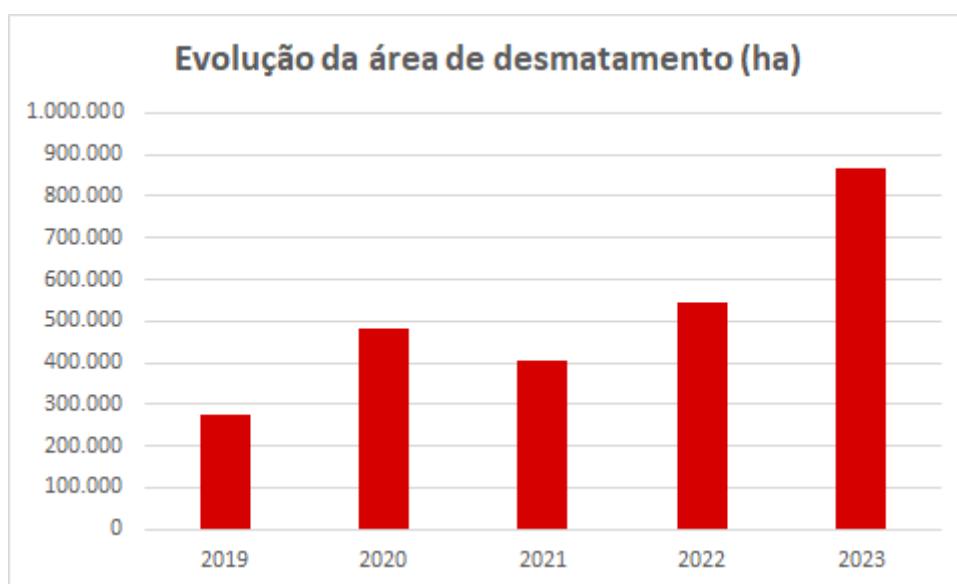
Quando olhamos os números de conflitos no campo e as perspectivas de avanço da soja no Matopiba, podemos perceber que a região ainda é uma fronteira em expansão. Fora isso, se observarmos os dados acerca do desmatamento na região, podemos perceber uma continuidade da expansão da conversão de matas nativas em pastagens e monoculturas. Atualmente, o cerrado é a região mais ameaçada pelo desmatamento; dados do Relatório Anual de Desmatamento (RAD), de 2024, publicado pelo projeto MapBiomas, revelam, por exemplo, um drástico aumento do desmatamento no cerrado, que, em 2023, ultrapassou a Amazônia pela primeira vez e apresentou a maior área desmatada entre os biomas, totalizando 1.110.326 hectares. Nesse mesmo período, enquanto o desmatamento no cerrado registrou um aumento de 67,7%, o desmatamento na Amazônia caiu 62,2%.

Muitas hipóteses podem ser levantadas a fim de explicar esse cenário; a ênfase que as discussões ambientais, a nível de políticas do governo federal, têm dado para a Amazônia pode ser uma chave para explicar. Porém, adotar essa hipótese acarretaria em dizer que a

situação na Amazônia está “controlada”, o que não é verdade, como demonstra as contínuas denúncias dos povos que habitam a região. Trata-se, em síntese, de um cenário de avanço do desmatamento nas regiões de cerrado, tanto que o mesmo relatório apontou que, é justamente a região do Matopiba que está “puxando” o desmatamento no cerrado.

Juntos, quatro estados do Cerrado – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que formam a região conhecida como Matopiba – ultrapassaram a área desmatada nos estados da Amazônia e responderam por quase metade (47%) de toda a perda de vegetação nativa no país no ano passado. Foram 858.952 hectares – um aumento de 59% em relação ao ano de 2022, o qual já havia registrado aumento (36%) em relação a 2021. Três em cada quatro hectares desmatados no Cerrado em 2023 (74%) foram no Matopiba. Dois terços (33) dos 50 municípios que mais desmataram no Brasil em 2023 ficam no Cerrado, sendo que todos os 10 municípios com maior área desmatada no Cerrado em 2023 estão localizados no Matopiba. (MAPBIOMAS, 2024)

**Gráfico 4 - Evolução da área de Desmatamento no MATOPIBA**



Fonte: Sistema de Alerta de Desmatamento - SAD Cerrado

O avanço do desmatamento na região também foi evidenciado pelos dados divulgados pelo Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), que mostra um crescimento nos últimos quatro anos da área desmatada no Matopiba (Gráfico 4).

Outro fato apontado pelo conjunto de dados é o protagonismo do Maranhão no desmatamento ocorrido em 2023, que pela primeira vez ocupou o primeiro lugar no ranking dos estados mais desmatados no Brasil. Comparado a 2022, o desmatamento no Maranhão aumentou 95,1%, totalizando uma perda de 331.225 hectares de vegetação nativa. Esse

crescimento do desmatamento no Maranhão foi potencializado pelo município de Balsas, que também lidera entre os municípios do Matopiba (Tabela 10).

**Tabela 10 - Área de Alertas de Desmatamento por município no MATOPIBA<sup>9</sup>**

Municípios	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Balsas (MA)	9.642,23	31.435,52	17.709,62	29.537,08	38.870,08	127.194,53
São Desidério (BA)	2.499,09	13.402,54	18.185,99	36.594,76	47.066,10	117.748,49
Formosa do Rio Preto (BA)	21.608,62	16.014,23	15.442,65	36.686,88	16.667,73	106.420,11
Uruçuí (PI)	9.875,92	16.885,79	11.722,60	35.228,96	16.457,35	90.170,61
Jaborandi (BA)	8.056,95	7.644,31	13.784,38	21.012,15	31.647,19	82.144,97
Baixa Grande do Ribeiro (PI)	8.150,37	8.984,55	4.625,68	12.303,14	23.903,11	57.966,85
Alto Parnaíba (MA)	1.773,47	13.013,96	4.670,52	7.407,56	29.330,13	56.195,65
Correntina (BA)	3.714,08	3.870,28	9.126,23	19.366,88	18.484,54	54.562,00
Barreiras (BA)	5.558,93	5.172,35	6.380,23	14.400,87	22.042,47	53.554,85
Sebastião Leal (PI)	2.334,12	8.187,49	5.594,15	22.206,79	7.272,00	45.594,54
<b>Total</b>	<b>73.213,78</b>	<b>124.611,02</b>	<b>107.242,05</b>	<b>234.745,07</b>	<b>251.740,70</b>	<b>791.552,60</b>

Fonte: Sistema de Alerta de Desmatamento - SAD Cerrado

Os dados revelados aqui, revelam que o MATOPIBA permanece enquanto uma fronteira em expansão, no qual a soja desempenha um papel central como um motor do desmatamento. A localização das propriedades certificadas pela RTRS em municípios com uma alta taxa de desmatamento e uma forte produção de soja, precisam ser lidos conjuntamente. Assim, a rotulagem sustentável deve ser lido como um mecanismo encontrado pelo capital — aqui representado pela Mitsubishi — para propor seu próprio receituário de combate a um cenário resultante da própria atuação do capital. Não trata-se apenas da destruição da natureza, mas das alternativas possíveis ao realismo capitalista; a solução deixa de ser a ruptura com o modo de produção responsável pela crise ambiental em prol da perpetuação do sistema.

<sup>9</sup> Essa tabela contém dados do Sistema de Alerta de Desmatamento para o cerrado (SAD-Cerrado), por consequência, os municípios do Matopiba fora da área de cerrado não estão incluídos.

## **6. CONCLUSÃO**

A partir dos conceitos trabalhados nesta pesquisa, podemos considerar que a configuração estabelecida pelo sistema econômico hegemônico apresentou inúmeras mudanças ao longo do seu desenvolvimento. Tais mudanças acarretaram em transformações no campo brasileiro, que, apesar de apresentarem especificidades locais e variam espacialmente em um mesmo período histórico, operam como forma de assegurar os interesses de uma classe e a manutenção do sistema vigente. Fica explícito que os fenômenos estabelecidos na agricultura manifestam diretamente essa necessidade do capital em se manter edificado. Isto posto, mesmo em momentos históricos quando o capital apresentou uma contração em sua taxa de lucro - ou diminuição - observou-se na verdade uma nova dinâmica estabelecida que precisa ser urgentemente analisada. Tais fundamentos tornaram essenciais para analisarmos a inserção dos mecanismos de economia verde - no contexto dessa pesquisa, a certificação RTRS - na fronteira agrícola do MATOPIBA, pois sua criação é um resultado desse cenário. Tais mecanismos funcionam como forma de legitimar a posse da terra e blindar as ações dessas grandes empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROLINK: **Brasil rumo à liderança sustentável nas exportações de soja.** 15 abr. 2024. Disponível em: [https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-rumo-a-lideranca-sustentavel-nas-exportacoes-de-soja\\_490209.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-rumo-a-lideranca-sustentavel-nas-exportacoes-de-soja_490209.html). Acesso em: 10 jun. 2024

ARAÚJO, N. M. S.; E SILVA, M. das G. **ECONOMIA VERDE: A NOVA OFENSIVA IDEOLÓGICA DO ECOCAPITALISMO.** Temporalis, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 127–143, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2012v12n24p127-143. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3128>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. 2013 **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contratempo

BIRCH, Kean Birch; MUNIESA, Fabian. **Assetization: Turning Things into Assets in Technoscientific Capitalism.** The MIT Press. 2020. 323 p.

BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to fordism? *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p. 111-145, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010, p. 39 – 69.

BRASIL. Constituição (2023). Decreto nº 11.767, de 01 de novembro de 2023. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba e institui o seu Comitê Gestor.. . 209. ed. Brasília, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.767-de-1-de-novembro-de-2023-520668390>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996

\_\_\_\_\_, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo, Boitempo. 2005

CHIAPELLO, Eve. Financialization as a socio-technical process. In: MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha. (eds.) **The Routledge international handbook of financialization.** Abingdon: Routledge, 2020, p. 81–91.

CHRISTOPHERS, Brett. (2015). **The limits to financialization.** Dialogues in Human Geography, 5(2), 2015, p. 183-200. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820615588153?journalCode=dhga>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2023.

CNN: **Entenda a lei europeia que proíbe a importação de produtos ligados ao desmatamento.** São Paulo, 05 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/entenda-a-lei-europeia-que-proibe-a-importacao-de-produtos-ligados-ao-desmatamento/>. Acesso em: 25 out. 2023.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **O futuro que queremos**. [S. l]: MMA, 2012. Disponível em: <<https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2022

CONTEL, Fábio. (2016) **As finanças e o espaço geográfico: contribuições centrais da geografia francesa e da geografia brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 1, p. 59-78. Disponível em: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2016\\_n1\\_art\\_3](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_3). Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 45-76.

DINIZ, Nelson. A financeirização na longa duração: dinheiro, tempo e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2020. 396

FRENCH et al. **Financializing space, spacing financialization. Progress in Human Geography**, v. 35, n. 6, p. 798-819, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Andrew-Leyshon/publication/258406554\\_French\\_et\\_al\\_Financializing\\_Space\\_PIHG\\_2011/links/0deec52826104882b0000000/French-et-al-Financializing-Space-PIHG-2011.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Andrew-Leyshon/publication/258406554_French_et_al_Financializing_Space_PIHG_2011/links/0deec52826104882b0000000/French-et-al-Financializing-Space-PIHG-2011.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2023.

HALL, Sarah. Geographies of money and finance II: Financialization and financial subjects. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 3, p. 403-411, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132510370277?journalCode=phgb>.

KEUCHEYAN, Razmig. **Nature is a battlefield: Towards a political ecology**. Cambridge e Malden: Polity Press. 2016

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Clima Com Cultura Científica, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott Frederick; KENNETH, Olwig; TSING, Anna Lowenhaupt; BUDANDT, Nils. Anthropologists are talking – about the Anthropocene. *Ethnos*, v. 3, n. 81, p. 535-564, 2016. <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 1992

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004, p.77-187.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LANGLEY, P. The financialization of life. In: MADER, Philip; MERTENS, Daniel; VAN DER ZWAN, Natascha. (eds.) **The Routledge international handbook of financialization**. Abingdon: Routledge, 2020, p. 68–78.

LIMA, D. A. **Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região MATOPIBA.** Campinas: UNICAMP, 2019. (Tese de doutorado em Geografia), p. 82-143.

LOWY, Michael. Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da ‘economia verde’. Caros Amigos, São Paulo, 23 mar. 2012. Entrevisadora Bárbara Mengardo. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/04/09/michael-lowy-critica-rio20-e-a-propaganda-da-economia-verde/>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias.** São Paulo: Editora Unesp e Editora da UFRGS, 2016. 256 p.

MICHELOTTI, F. e SIQUEIRA, H. **Financeirização das commodities e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil.** Anais XXIII ENEP, 2018.

MOLLO, M de LR. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia E Sociedade*, 20(3), 449–474. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/SBn4SKKJfNbVtXfKM7n5JqM/?lang=pt#>.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. **A crise ambiental e a ecologização do capital em uma leitura marxista: valor, renda e crise.** Cadernos Cemarx, Campinas, SP, v. 15, n. n.esp, p. 1–20, 2022. DOI: 10.20396/cemarx.v15in.esp.15946. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15946>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. **Para a crítica da ecologização do capital.** 2020. 367 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16529>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. **Bioeconomia E Financeirização Dos Riscos Ambientais: Formas Capitalistas De Enfrentamento Da Crise Ambiental: A Crítica.** 2021. terminal: Marxismo E educação Em Debate, 13(2), 174–204. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44903>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. Capitalismo e insustentabilidade: ambiente, mercadoria e humanidade. SER Social (Online) , v. 24, p. 136-157, 2022. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/29170&ved=2ahUKEwiC2L-GrcGHAxX6pZUCHVbcDwYQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw0hy3MflC0heyMDYOYlc10h](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/29170&ved=2ahUKEwiC2L-GrcGHAxX6pZUCHVbcDwYQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw0hy3MflC0heyMDYOYlc10h). Acesso em: 30 de janeiro de 2024

MORENO, C. **As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva.** In: DILGER, G.; PEREIRA NETO, J.; LANG, M. (orgs). Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p. 256-293.

MULLER, Leonardo André Paes; PAULANI, Leda Maria. O capital portador de juros em O Capital ou o sistema de Marx. Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso). v. 35, p. 161-184, issn: 0101-3173, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/hMqxhMj5ntyhbC5PPHmvVnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de março de 2024.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; FELIPINI, André Rodrigues. Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 313–337, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8656961>. Acesso em: 30 maio de 2022.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021. 392 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. GEOUSP: espaço e tempo, v. 19, 2015, p. 228-244.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira, transformações recentes**. In: ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil. São Paulo. EDUSP, 2005. (p.465-534).

PEREIRA, L. I. A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio. 2019. 523f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191196>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PIKE, A. e POLLARD, J. Economic geographies of financialization. **Economic Geography**, n. 86, 2010, p. 29–51. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1944-8287.2009.01057.x>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

SASKIA, Sassen. 2016. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Cosac & Naify, 2015

TRENTIN RECH, L.; MARROIG BARRETO, H. **Assetização dos fluxos de natureza: uma interpretação da conversão das correntezas, ventos e raios solares em ativos financeiros**. *Nexos Econômicos*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 38–63, 2023. DOI: 10.9771/rene.v16i2.55496. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/55496>. Acesso em: 20 jul. 2024.

TRENTIN RECH, Lucas.; MARROIG BARRETO, Helena. **Assetização dos fluxos de natureza: uma interpretação da conversão das correntezas, ventos e raios solares em ativos financeiros**. *Nexos Econômicos*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 38–63, 2023. DOI: 10.9771/rene.v16i2.55496. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/55496>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

UM SÓ PLANETA: Agronegócio vai nos ajudar a zerar as emissões de carbono, diz diretor de Sustentabilidade do Bradesco. São Paulo, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/financas/noticia/2023/06/21/agronegocio-vai-nos-ajudar-a-zerar-as-emissoes-de-carbono-diz-diretor-de-sustentabilidade-do-bradesco.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2023

VISSEUR, O. Finance and the global land rush: Understanding the growing role of investment funds in land deals and large scale farming. *Canadian Food Studies La Revue Canadienne Des études Sur l'alimentation*, 2(2). p. 278–286, set. 2015. Disponível em: <https://canadianfoodstudies.uwaterloo.ca/index.php/cfs/article/view/122>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 9-19, p. 65-151.

Wolford, W. 2021. The Plantationocene: A lusotropical contribution to the theory. Annals of the American Association of Geographers 111 (6):1–18. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24694452.2020.1850231?scroll=top&needAccess=true>.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 86, p. 16–30, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i86p16-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/220291..> Acesso em: 10 maio. 2024.

## APÊNDICE A - Compradores de Crédito RTRS

**Tabela 11 - Compradores de Crédito RTRS**

COMPRADOR	CRÉDITO ADQUIRIDO						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Coöperatie De Eendracht (NMU)	6,5	2,2	0	0	0	0	0
Coop Danmark A/S	0	211	0	250	0	576	0
(Nestec Ltd.) Nestlé	0	7,2	162	0	158,195	25,519	0
A_One Denmark APS	0	0	0	500	0	200	251
AB Agri	0	27,939	71,663	87,424	19,5	77,703	26,218
AB AGRI LTD T/A PRIMARY DIETS	0	0	0	0	0	5,309	0
AB Neo	0	0	0	18,4	5,5	23	18
AB NEO Polska Sp. z o.o.	0	0	0	0	0	1,2	700
ABZ Diervoeding	50	50	65	30	75	90	50
AchieveNow	0	0	0	0	1,045,17 6	2,149,95 9	1,039,63 9
ACT Commodities	1,329,46 5	1,748,95 2	2,610,24 2	1,558,59 9	852,702	917,15	731,604
Adani Wilmar Ltd.	1	0	0	0	0	0	0
ADM Agriculture Ltd	0	0	25,695	34,541	20	44,638	36,942
ADM do Brasil Ltda.	0	0	0	0	349	0	0
ADM International Sàrl	9,713	14,572	20,87	11,141	9,06	16,397	34,632
ADM Paraguay SRL	0	0	5	13	12,5	3,436	16,058
AGRANA Stärke GmbH	0	0	0	0	0	10	0
Agravis Raiffeisen AG	9	0	18	63	0	58,5	0
Agri Plus Sp z o.o.	0	0	0	0	0	1,4	4,5
Agrial Nordics AB	0	0	0	0	0	134	0
AGRIBRANDS PURINA MEXICO S DE RL DE CV	0	0	0	1,854	0	6,098	830
Agrícola Ariztia	0	0	0	334	594	530	777
Agricola Italiana Alimentare S.p.A.	0	0	0	0	53	150,746	146,831
Agrifirm B.V.	200	190	180,897	200	151	79	115
AGRIPAC S.A.	0	0	0	1	5,619	0	0
Agrosila.Chelny-MPK LLC	0	0	0	450	0	0	0
Ahold Delhaize NV	46,741	46,929	39,598	70,891	0	61,332	21,896
ALDI Central de Compras, S.L.U.	0	0	0	0	1,5	0	0
ALDI Danmark aps	0	0	0	0	4,3	0	0
Alimentsa S.A.	0	0	0	15,4	14,953	20	30
Alternative Swine Nutrition S.L.	0	0	0	0	3,6	15	16,25
Amaggi Trading	0	0	0	111,22	970,961	1,157,25 3	256,578
Anglo Beef Processors UK Unlimited	0	0	0	10,347	10,363	12,278	16,814
Animex Foods Sp. z o. o	0	0	0	0	14,168	14,919	15,146
AOSTE SNC	0	0	0	0	2	1	0

Aquacargill del Ecuador Cia.Ltda	0	0	528	0	0	30	43
AquaChile S.A.	2,4	2,5	0	3	14	45,004	10,002
AQUAFEED S.A. de C.V.	0	0	8,154	11,543	12,534	11,33	2,672
AR Voer B.V.	40	29,3	30	36,546	40	70	30
A-Rehu Oy	0	0	0	0	0	0	32,828
Argal Alimentación, S.A	0	0	0	0	200	0	107
Arla Foods amba	270	330	330	0	520	170	0
ARYZTA Bakeries Deutschland GmbH	50	50	50	50	50	0	80
ATR Futtermittel GmbH & Co. KG	0	0	0	3	0	0	30
Atria Danmark A/S	0	0	0	0	0	0	2,341
Atria Scandinavia	5	5	5	0	5,011	8,013	0
Avara Foods Limited	0	0	0	127,987	0	0	0
Avena Nordic Grain Oy	0	9,5	8,5	0	0	0	0
Aves Reproductoras de Centroamerica S.A.	0	0	0	0	7	0	0
Aves Reproductoras de Guatemala, S.A.	0	0	0	0	0	0	8,43
Axfood	6,5	8,522	8,522	8,522	18,932	17,45	14,268
Bakkavor Foods Ltd.	0	0	0	23,657	27,979	19,928	21,719
Balanceados Nova S.A. Balnova	0	0	0	20	300	0	6,766
Barry Callebaut	0	0	0	0	239	0	0
Bayer AG	9,77	10,404	20,564	8	0	23,5	0
Beijer Mengvoeders B.V.	0	1	1,1	800	0	1,3	0
Berner Oy	0	0	0	0	0	9,5	0
Bezugs & Absatzgenossenschaft	0	0	0	0	0	0	6
BFA Belgian Feed Association former BEMEFA	41,5	180	124	120	120	120,464	60
BioMar Aquacorporation Products S.A.	0	0	500	500	0	500	1
Biomar Chile S.A.	1,786	1	21	19,7	10,3	6,944	13,9
BKUK Group Ltd	0	0	0	2,969	0	0	0
Borner-Eisenacher GmbH	0	0	0	0	500	0	0
Bre.Ma Group SRL	0	0	0	0	0	0	10
BRF S.A.	0	0	0	23,509	0	9,047	9,102
Brons Mengvoeders BV	3,375	0	3,687	0	655	1,115	0
BTG Pactual Commodities (CH) SA	0	0	0	0	0	0	15,041
Bunge Alimentos	0	0	0	0	1,5	356	20
Bunge Alimentos - Grupo de Productores Bunge	0	0	0	0	0	40	0
Bunge Alimentos S.A - Grupo II	0	0	0	0	0	0	8,874
Bunge Limited-Netherlands	26,52	0	4	5,25	0	0	0
Bunge Netherlands BV	0	0	3,5	0	17,7	0	0
Caldic Ingredients Sweden AB	200	0	0	0	0	0	0
Caldic Nordic	0	0	30	0	50	60	60

Camilo Ferrón Chile S.A.	0	0	0	0	500	3	0
CARGILL AQUANUTRITION ECUADOR CIA.LTDA.	0	0	0	0	0	0	34
Cargill de Honduras S. de RL.	0	0	834	2,202	1,762	9,914	1,632
Cargill de Nicaragua S.A.	0	0	730	2,717	3,442	0	0
Cargill GmbH	1,191	1,43	1,141	0	0	0	0
Cargill International SA	0	80,388	100	1	0	0	0
CARGILL MAGYARORSZAG ZRT	0	0	0	0	0	0	300
Cargill NV	0	0	0	13	0	0	0
Cargill PLC	0	50	75,883	180	17,217	113,25	82
CARGILL POLAND Sp. z o.o. ANH	0	0	0	0	0	0	2
Cargill Poland Sp. Z o.o. CASC	0	0	0	0	0	0	1,936
Cargill S.R.L.	0	0	0	0	0	0	1,026
Cargill SLU	0	0	0	0	0	0	300
Castelli1892 Scandinavia AB	0	0	0	0	500	0	500
Cefetra B.V.	385,181	374,313	299,606	244,502	357,134	325,426	224,162
Cefetra Ltd (UK)	0	2	9,85	350	0	0	0
Cefetra SPA	0	0	0	0	0	0	5,95
Centrico Veevoeders	94,13	114,9	93,695	620,625	558,779	255,034	307,064
Cerabella SL	0	0	10	10	0	0	50
Cereal Docks Spa	0	0	0	0	0	10	132,908
Cherrytree Bakery Ltd	0	0	0	0	100	0	0
CJ selecta SA	12,1	30	80,5	45	29,684	7,872	34,4
Clama GmbH & Co. KG	0	0	0	0	0	9	0
Clube Amigos da Terra – CAT Sorriso - Resel	0	0	0	0	21,85	0	0
COFCO International - Switzerland	0	0	0	0	57,7	65	27,798
COFCO International Brasil S.A.	0	0	0	0	6	0	0
Cofco International France SAS	0	0	0	0	3	139,7	20
Colruyt Group	32,62	34,083	30,28	12,82	31,246	38,234	32,051
Compass Group Finland Oy	0	0	0	56	0	0	0
Coop Sweden AB	3,515	3,515	0	4,017	4,546	866	947
Coppens diervoeding	500	11	0	17,5	0	50	0
Corby Rock Mill Limited	0	0	0	0	1,5	7,55	3
Cranswick Country Foods	0	0	0	102,108	86,485	0	85,459
Crediton Milling Co Ltd	0	0	2,6	5,681	0	1,01	834
Criddle & Co. Limited Sales	0	0	5,742	0	1,044	1,392	0
CYGYC BIOCON, S. L.	0	0	0	0	10	20	0
Dalco Foods B.V.	0	0	0	0	0	0	9
Danish Crown A/S	0	0	115	460	236,74	265	50
Danone	0	0	14	0	138	179	6,623
Danone Ltda	0	0	0	0	0	0	7
Dawn Meats Group	0	0	0	0	0	3,5	13,575
De Heus Voeders B.V.	135	155	185	250,817	375,93	690,721	521,106

Delhaize Belgium	26,5	0	50,8	11	1,83	0	0
Dencon Foods A/S	0	0	0	0	0	0	610
Denofa	2	2,1	0	0	345	0	0
Desarrollo Agrícola del Paraguay S.A.	0	0	0	0	5,515	0	0
Deutsche Tiernahrung Cremer GmbH & Co.KG	0	25	150	750	1	15,3	10,846
Di Luca & Di Luca AB	0	500	0	5,989	0	0	0
Dilumix	12,1	0	0	0	0	0	0
DLA Agro	0	0	0	0	0	0	1,5
DLG a.m.b.a.	0	0	0	0	39	470	475
DMK Deutsches Milchkontor GmbH	0	0	0	77,001	50	0	0
Dobla Beheer BV	2	0	1	0	0	1	0
Duffields (South West) Limited	0	0	500	1,044	87	0	0
Duncan Farms	0	0	0	0	0	1	2
Dutch Protein & Services BV	500	500	500	500	500	0	500
Ewos Chile Alimentos Limitada	0	29,635	48,41	30,98	27,432	46,127	40,293
Faddman AB	0	45	45	45	45	0	0
Feed Alliance	12	12	24	25	45	32,35	11,8
Feed One Co., Ltd.	0	0	5	50	0	0	0
Fontana Food AB	0	550	580	540	770	440	0
ForFarmers	314,556	280	249,281	139,55	46,485	248,025	50
Fransen Gerrits B.V. (NMU)	23	56	0	30	25	24,5	0
FRD Japan Co.LTD	0	4	0	0	0	0	0
FrieslandCampina	11	11	6,5	9,258	0	0	12,833
Fromageries Bel SA	47,254	48,88	46,365	47,851	44,946	42,435	0
GAPGREEN S.R.L.	0	0	0	0	0	36,497	89,253
Geia Food A/S	0	0	0	387	681	828	0
Gesco Consorzio Cooperative	15	25	33	0	0	0	0
Gierlinger Holding GmbH	0	0	0	0	0	57	271
GISIS S.A	0	0	65,909	101,857	88,132	289,014	93,527
GIUSEPPE CITTERIO S.P.A.	0	0	0	0	0	0	1
Graneles De Chile	0	5,3	8,1	9,437	6,45	19,315	4,85
Granja Tres Arroyos SA	0	0	0	1,1	1,18	1,678	2,045
Green Label Poultry Limited	0	0	14,642	4,41	0	2,059	0
Greenfield Foods Ltd.	0	0	100	0	1	0	0
Greisinger GmbH	0	0	0	0	500	500	0
Griesson – de Beukelaer GmbH & Co. KG	130	130	100	0	0	0	0
GROAN	602,719	506,408	421,621	279,134	225,388	673,525	103,4
Gruppa Cherkizovo	0	0	0	2,5	0	0	0
GUMUSDOGA SU URUNLERİ	0	0	0	0	6	6	20
Gunnar Dafgård AB	0	3,4	0	0	4	5	4,782
Gut von Holstein GmbH	0	0	0	0	600	0	0

H Walton Ltd	0	0	0	6,158	268	3,983	1
H. Bröring GmbH & Co. KG	0	0	0	0	0	50,2	25
Haarla Oy	0	0	60	100	0	0	0
HAID (ECUADOR) FEED CIA. LTDA.	0	0	0	0	2,557	2,457	1,252
Haleon UK Trading Limited	0	0	0	0	0	976	806
Hamlet Protein A/S	0	0	0	0	0	75	1,51
Harbro Ltd	250	0	0	0	0	0	0
Harpers Home Mix Limited	0	0	0	0	0	500	0
Havens Graanhandel NV	5,5	10	10	10	10	10	0
Hermann Wein GmbH & Co. KG	0	0	0	0	1	0	0
Hijos de Salvador S.A.	0	0	0	0	0	10	15
Hilton Foods Holland	10	6	10	10	18	3,5	7
HKScan	54,086	47,188	0	32,799	13,599	1,69	1,12
HOBUM Oleochemicals GmbH	0	0	0	0	0	2,6	1
Hochland Deutschland GmbH	0	0	0	0	1	260	1
Hohenester Agrarhandel GmbH & Co. KG	0	0	0	0	0	0	15,5
Hooked foods	0	0	0	0	36	0	0
HoWe Wurstwaren KG	0	0	0	0	4	0	0
Hubergroup Deutschland GmbH	0	0	0	0	0	0	60
Huhtahyvä Oy	0	0	0	0	0	820	657
ICA Sverige AB	3,7	1,906	1,906	2,212	1,759	0	213
Iceland manufacturing Limited	0	0	0	0	1	0	0
IKEA of Sweden	9,915	27,002	24,297	0	26,257	3,3	0
Inbalnor S.A.	0	0	19,568	25	64,593	8,465	28,732
Incopack NV	0	0	0	0	30	40	0
Inprosa, Industrial Procesadora Santay S.A.	0	0	0	10	0	0	0
ITALIAN FEED FACTORY SRL	0	0	0	0	0	0	11
Jensens Foods A/S	0	0	0	0	100	0	48
John Thompson & Sons Limited	0	0	0	0	0	2,76	981
Kalnik Vertriebs-GmbH	0	0	0	0	130	0	0
Kelly Deli	0	0	0	0	0	1	1
Kemin Europa NV, division AquaScience	0	0	0	0	0	500	0
Kesko Oyj	0	16,5	3,1	6,156	4,395	3,81	0
KLM Royal Dutch Airlines	0	450	450	450	0	900	0
Kotivara Oy	0	0	0	0	0	27	0
Lantmännen	2	2,115	140	140	345	0	81
LBV Raiffeisen eG	0	0	0	0	0	0	2,5
LDC Argentina S.A.	0	0	0	0	0	1	10,4
LDC Paraguay S.A.	0	0	6,774	29	1,5	0	0
Lidl Stiftung & Co. KG	211,746	224	240	283,333	320,334	184,5	0

Lielzeltini LTD	0	0	0	500	1,2	0	0
LLC Vodnyi mir	0	0	0	3	0	0	0
Lloyds Animal Feed	0	1,469	3,5	0	4,9	0	4,75
LORIAL	0	0	0	0	0	3,91	4,042
Lotus Bakeries Corporate NV	0	1,272	0	0	250	0	0
Louis Dreyfus Commodities	0	1,456	0	0	0	0	0
Louis Dreyfus Company Asia Pte Ltd	0	0	0	300	0	0	0
Lubrizol Corporation	0	0	0	0	0	2	0
Lyckeby Culinar AB	0	25	0	0	0	0	0
Lyons Seafoods ltd	0	0	0	5,751	5,374	4,253	7,137
Marimat AB	667	0	0	0	0	0	0
Marks & Spenser	40	25	25	3,024	8	0	0
Mars Inc	45,031	50,034	48,568	0	27,919	21,239	0
Martin & Servera AB	4,6	3,5	5,092	5	3,034	4	3,615
Marubeni Nisshin Feed Co., Ltd.	0	0	0	16	0	0	0
Marvesa Oils and Fats B.V.	0	0	0	0	0	0	3,596
Massey Feeds LTD	0	0	0	120	0	0	0
McCormick & Company, Inc.	0	0	0	0	220	163	104
MEGA Tierernährung GmbH & Co. KG	0	0	0	10	20	56,281	15
Menigo	1,569	1,79	1,242	851	0	1,662	0
Menken Orlando B.V.	0	23	28	54	51	50	70
Mole Valley Feed Solutions	0	500	0	26	14,831	1	0
Molinos Agro S.A.	0	0	0	0	5,053	0	0
MOLINOS CHAMPION MOCHASA S.A.S.	0	0	0	0	0	500	0
Molinos Champion S.A.	0	0	1	1	0	0	0
MONTAGNANA CEREALI s.a.s.	0	0	0	0	0	0	5
Morrison Supermarkets Plc	0	0	0	0	0	19,461	0
Moy Park France	48,321	61,182	76,425	0	0	0	0
Moy Park L.T.D.	0	0	0	0	43,72	8	15
MP-Maustepalvelu Oy	900	700	700	0	0	0	0
Muller Fleisch GmbH	0	0	0	0	3,5	0	0
Muller UK & Ireland Group LLP	0	0	0	0	0	2,776	8,072
Myronovskiy Meat-Processing Plant “Legko”	0	0	0	45	0	0	0
Nactis Benelux	0	50	0	0	0	0	0
Nando's Chicken Land	0	200	2,7	0	3	0	1,2
NATUP	0	0	0	0	0	3	1
Natura Logistica E Servicios LTDA	0	0	0	0	0	1,723	0
Navobi B.V.	0	0	0	0	0	470	0
NEALIA SAS	0	0	0	0	0	0	3,976
NOEL ALIMENTARIA SAU	0	0	0	0	2	0	2
Nomad Foods Europe	0	0	0	32,43	28,851	23,466	24,094

Nordex Food AS	0	0	0	0	1,07	1,56	2,341
Nordic Green Food AB	35	0	100	0	0	0	0
Nordic Seafood A/S	0	0	0	5	0	0	0
Nordic Soya Oy	11,3	40,41	9,9	33,2	40,7	26,5	12,5
Norvida	9,773	8	5,2	0	5,5	4	4
NOVIAL	0	0	0	0	0	9,28	1,032
Nutri-Potential - Grobest Group	0	0	0	0	25,425	20,26	21
Nutritional Technologies S.A.C.	0	0	0	0	2,647	1,5	5
NWF	0	0	0	260	0	0	0
Oles Fast Food Ab Oy	0	0	0	0	0	0	509
Orkla Confectionery & Snacks Sverige AB	0	0	0	5,429	0	0	0
Orkla Foods Sverige AB	3	2	2	1,5	1	1	4
Ornua Foods UK	0	0	0	0	0	0	3,752
Oscar Mayer Ltd	0	0	0	10	0	0	0
OSI Food Solutions Europe	54	97	38	0	0	0	0
Ospelt food AG	3,886	3,958	4,242	588	0	0	0
Otter Feed Components B.V.	10	0	5,5	0	4	0	0
Oy Karl Fazer Ab	2,13	2,145	2,064	1,232	1,254	1,387	1
P.P.U.H. Pasz-Konspol sp. z o.o.	0	0	1,54	0	0	0	0
Pantziarou Bros Dairy Products Ltd	0	0	0	0	0	0	2,805
Park Cakes Ltd	100	0	160	0	0	0	4
Paul & Vincent UL.	0	0	1,4	400	5,5	1,5	6
Perutnina Ptuj d.o.o.	0	0	0	87	130	0	0
Pick Deutschland GmbH	0	0	0	0	0	1	0
Pilgrims UK	32,4	0	130,81	45,939	49,027	20,457	0
PNM Gourmet Oy	0	0	0	0	12	27	0
PNM-Chipsters Oy	0	0	0	0	0	0	34
Premier Foods Plc	0	0	0	29	6,194	26,642	9,276
ProAgros	200	0	0	0	0	0	0
PROMIX bv	20	30	0	0	0	0	0
Provimi BV	24,898	20,788	26,408	15,044	15,854	20,426	7,8
Quorn Foods	0	124	0	0	0	0	0
R&H Hall uc	0	0	0	19	41,985	37,36	5
Ragasa Industrias S.A. de C.V.	0	0	0	0	0	0	86,56
Raiffeisen Hohe Mark Hamaland eG	0	0	0	300	0	0	160
Raisio Plc	0	0	0	250	300	0	500
Recker Convenience GmbH	0	0	0	0	0	500	0
Redondos SA	0	0	0	0	713	1,546	1,242
REMA 1000 Danmark A/S	0	0	0	21,339	0	0	0
Remia C.V.	0	0	6	0	6,63	6,105	10
Revolution Kitchen	0	0	0	0	60	0	0
ROSSETTO CEREALI SPA	0	0	0	0	0	0	7,5

Rothkötter Mischfutterwerk GmbH (NMU)	13,41	40,479	40	58	65	50	0
Royal Zealandia Group	40	0	0	0	0	0	0
Rucker GmbH	0	0	0	0	0	1	200
Rümke Westfälisches Spezialitätenhaus GmbH	0	0	0	50	0	50	0
Rupp Austria GmbH (Schreiber & Rupp GmbH)	0	0	0	0	1,5	0	0
Sainsbury's Supermarkets Ltd	0	0	0	38	33,693	31,825	31,8
Salling Group	0	0	0	1,82	2	0	0
Salmones Antártica SA (Grupo Nissui)	0	0	2,42	2,8	4,9	750	0
Salumificio Fratelli Beretta SpA	0	0	0	0	0	2	1
SALVANA TIERNÄHRUNG GmbH	0	0	0	0	0	0	70
San Felix S.A. 2	0	0	0	6,992	16,904	96,965	68,438
Sano – Moderne Tierernährung GmbH	0	0	0	0	0	75	299
Saputo Dairy UK	0	0	10,391	6,235	14,307	7,223	1,628
Scandi Standard AB	17	0	40	0	0	4,45	2,839
Schils B.V. (NMU)	25	0	0	75	150	75	0
Schouten Europe B.V.	500	500	1,5	1	1	0	0
Scotbeef Ltd	0	0	0	0	0	0	421
Sea Farms Ltd.	0	0	0	400	119	0	358
Shell	1,191	18,3	16,455	1,136	1,805	1,331	3,421
Shell CAPSA	10,5	0	0	0	0	0	0
Shoda Sauces EU	0	0	0	10	0	0	0
Skånemejerier AB	200	0	1,179	0	0	0	0
Skea Egg Farms Ltd	0	0	0	0	3,893	0	0
Skretting Canada, Inc.	0	0	750	1,458	0	0	1,5
Skretting Japan	0	0	68	382	649	2,281	1,338
Skretting Vietnam- Nutreco International Vietnam	0	250	0	400	19,793	14,793	0
Skretting Yem Uretim Tic. A.S.	0	0	0	0	8,07	21	0
Skretting-Comercializadora Nutreco Chile Ltda.	0	17	39,5	22,6	14,728	4,074	0
Sligro Food Group	2,564	2,564	2,564	2,564	0	2,564	4,402
Sloten B.V. (NMU)	2,438	2,44	0	0	0	0	0
Solae do Brasil Industria e Comercio de Alimentos Ltda	0	0	61	148,654	83	30	10
Solbar Ningbo International Trading Co., Ltd.	0	200	0	0	1	0	0
Solbar Ningbo Protein Technology Co., Ltd.	0	1	0	1	0	0	0
Solina Group	130	95	100	332	325	410	0
Special Grains S.A.	0	250	0	0	0	0	0
SR Food	0	0	0	0	500	160	0

Sun Chemical Osterode	0	0	0	0	0	1,485	0
Sun Valley Foods Ltd (Carg-U)	131	155	0	195	280	325	300
Swedish Agro	0	1,489	0	0	0	10,842	0
Tentego Mijdrecht (NMU)	25	0	0	25	50	347	0
Tesco Plc	0	138,822	1,486	110,986	328,785	385,828	269,874
Thai Vegetable Oil PLC	0	500	0	0	0	0	0
The Big Prawn Company	0	0	0	100	0	0	0
The Coca-Cola Company	0	0	702	5,858	6,063	0	8,713
The Compleat Food Group	0	0	0	2,5	0	28	20
The Co-operative food	4,495	80	83	71,5	15,5	23,5	22
The Delong Co. Inc	0	0	0	6	6,073	4,42	4,151
The Family Butchers Germany GmbH	0	0	0	0	36	0	36
Thise Mejeri A.m.b.a	0	0	0	769	1,5	1	0
Tonnies Central Svs GmbH & Co. KG	0	0	0	0	32	0	0
Topfoods Finland Oy	0	0	0	0	0	0	45
Transavia S.A	0	0	618	375	0	0	0
Tyson Foods, Inc.	0	2,5	4,908	2,2	0	0	0
UNILEVER BRASIL	237,202	196,401	209,396	197,599	205,07	250	0
United Biscuits (UK) Ltd.	0	0	0	0	515	0	0
Url Agrar GmbH	0	0	0	0	0	0	800
Vall Companys	0	10	20,565	20	0	69,962	20
Vandemoortele NV	9	10	10	10	23,5	10	18
Vanden Avenne Commodities (Vanden Avenne Izegem)	0	50	0	162	8,189	21	30,351
VION NV	0	0	0	0	10,1	6,2	20
Virgin Atlantic Limited	200	104	0	0	0	0	0
Vitapro Chile S.A.	2	2,5	12	12	14	19	6
Vitapro Honduras S.A. de C.F.	0	0	7,221	7,5	14	0	16
Vitapro S.A.	0	0	15,329	27,805	18,5	15	35,5
Viterra B.V.	0	0	1	800	650	0	0
Voergroep Zuid	0	10	42,5	17	10	22	33,5
Volys	0	0	0	120	0	900	0
W&R BARNETT LTD	0	22,456	21,9	6,589	0	0	21,4
Waitrose	1	13,65	25	12	15	15	10
We Do BV	0	0	900	0	0	0	0
Willett &Son (Bristol)LTD	0	0	0	0	0	380	0
Willms Unternehmensgruppe	0	0	0	0	9,786	0	0
Woolworths Group Australia	0	0	0	0	4,1	0	0
Woolworths Holdings Limited	9,75	9,75	9,75	6,985	0	5,465	3,343
Wynnstay Group P.L.C.	0	0	12	17,5	20	5	5
Yeo Valley Farms Production Ltd	0	0	0	3,194	0	3,373	3,169
Yorkshire feeds stuffs	0	0	0	0	0	14	11,606

Youngs Seafood Ltd	0	0	0	0	0	0	17
Zesty b.v.	100	70	0	200	0	200	200
ZHANGZHOU RUIFENG FOODS CO., LTD.	0	0	20	0	128	0	0
ZMI a/s	35	0	0	0	0	0	0
Zwanenberg Food Group	0	0	0	0	0	0	19
<b>TOTAL</b>	5,023,15 0	5,896,57 2	7,161,67 6	7,064,89 4	8,926,73 6	12,091,8 86	6,821,99 3

Fonte: RTRS